

***TIM Brasil Serviços e Participações S.A. e
empresas controladas***

*DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS*

em 31 de dezembro de 2025

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	14
Relatório da Administração	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	25
Proposta de orçamento de capital	125
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	127
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	128

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TIM Brasil Serviços e Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, em 31 de dezembro de 2025, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 896 milhões, sendo o valor remanescente de R\$ 24.450 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto aos consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 23.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F


Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador - CRC - RJ 091370/O

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo		18.504.276	18.465.526	58.436.706	56.806.943
Circulante		2.321.145	879.460	14.959.513	13.140.327
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.220	13.150	3.635.544	3.271.892
Títulos e valores mobiliários	5	1.315.881	288.057	3.590.196	2.722.498
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.901.777	4.677.935
Estoques	7	-	-	357.204	293.529
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14	791.797	367.943	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	42.551	91.428	111.320	202.804
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	131.244	104.408	1.270.132	1.050.511
Despesas antecipadas	10	-	-	329.362	280.851
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	452.203	379.888
Arrendamentos	17	-	-	34.098	33.717
Outros ativos	13	14.452	14.474	277.677	226.702
Não Circulante		16.183.131	17.586.066	43.477.193	43.666.616
Realizável a longo prazo		2.220	2.233	4.452.733	4.628.042
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	26.339	15.241
Contas a receber de clientes	6	-	-	137.306	137.815
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	434	434	258.849	215.314
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	-	-	911.704	907.353
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	-	-	1.355.604	1.081.633
Depósitos judiciais	11	1.071	1.084	678.221	678.614
Despesas antecipadas	10	-	-	340.247	281.290
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	-	522.822
Arrendamentos	17	-	-	200.148	206.670
Outros ativos financeiros	12	-	-	514.109	550.669
Outros ativos	13	715	715	30.206	30.621
Investimentos	14	16.180.911	17.583.833	1.260.486	1.368.286
Imobilizado	15	-	-	23.171.451	22.815.328
Intangível	16	-	-	14.592.523	14.854.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		18.504.276	18.465.526	58.436.706	56.806.943
Total do Passivo		6.755.271	4.605.252	38.891.222	34.125.866
Circulante		1.774.679	1.405.388	16.150.010	13.830.575
Fornecedores	18	405	362	5.139.185	4.987.274
Empréstimos e financiamentos	20	1.537.086	1.264.851	2.462.712	1.613.204
Passivo de arrendamento	17	-	-	1.702.899	1.629.698
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	168.711	224.275
Obrigações trabalhistas		42	34	361.313	353.290
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	282	65.996	162.384	112.606
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	26.649	40.223	4.882.200	3.928.791
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	187.018	10.648	614.540	314.229
Autorizações a pagar	19	-	-	321.761	299.354
Receitas diferidas	22	-	-	259.527	280.422
Outros passivos e provisões		23.197	23.274	74.778	87.432
Não Circulante		4.980.592	3.199.864	22.741.212	20.295.291
Empréstimos e financiamentos	20	4.980.592	3.199.864	6.833.689	5.887.012
Passivo de arrendamento	17	-	-	12.061.969	10.946.148
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	-	-	19.395	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	-	-	33.208	38.286
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	-	-	1.559.687	1.564.293
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	37	-	-	4.485	3.461
Autorizações a pagar	19	-	-	1.159.672	1.180.428
Receitas diferidas	22	-	-	506.184	559.445
Obrigações com acionistas	24	-	-	534.292	23.997
Outros passivos e provisões		-	-	28.631	92.221
Participações dos não controladores		-	-	7.796.479	8.820.803
Patrimônio Líquido	25	11.749.005	13.860.274	11.749.005	13.860.274
Capital social		8.223.169	8.223.169	8.223.169	8.223.169
Reservas de capital		31.483	18.975	31.483	18.975
Reservas de lucros		3.499.717	5.574.264	3.499.717	5.574.264
Resultado de operações com acionistas não controladores		45.304	43.569	45.304	43.569
Ajustes de avaliação patrimonial		(159)	297	(159)	297
Ações em tesouraria		(50.509)	-	(50.509)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	27	-	-	26.624.721	25.447.930
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	(12.266.584)	(11.893.115)
Lucro bruto		-	-	14.358.137	13.554.815
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	(5.959.682)	(5.908.816)
Gerais e administrativas	28	(2.870)	(1.868)	(1.737.355)	(1.799.873)
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.909.901	2.100.287	(107.800)	(82.526)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(23)	(107)	(212.161)	(258.887)
		2.907.008	2.098.312	(8.016.998)	(8.050.102)
Lucro operacional		2.907.008	2.098.312	6.341.139	5.504.713
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	49.398	35.773	1.679.275	897.532
Despesas financeiras	31	(934.631)	(722.255)	(4.284.865)	(3.539.601)
Variações cambiais, líquidas	32	-	-	(63.664)	71.363
		(885.233)	(686.482)	(2.669.254)	(2.570.706)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.021.775	1.411.830	3.671.885	2.934.007
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(22.436)	(65.996)	(270.463)	(534.579)
Lucro líquido do exercício		1.999.339	1.345.834	3.401.422	2.399.428
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		1.999.339	1.345.834	1.999.339	1.345.834
Participação dos não controladores		-	-	1.402.083	1.053.594
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação	33	0,13	0,08	0,13	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.999.339	1.345.834	3.401.422	2.399.428
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	(691)	1.036	(1.024)	1.558
Tributos diferidos	235	(352)	348	(529)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.998.883</u>	<u>1.346.518</u>	<u>3.400.746</u>	<u>2.400.457</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado de operações com acionistas não controladores	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal							
Saldos em 01 de janeiro de 2025	8.223.169	18.975	894.932	2.813.518	1.865.814	43.569	297	-	-	13.860.274	8.820.803	22.681.077
Lucro líquido do exercício									1.999.339	1.999.339	1.402.083	3.401.422
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	-	-	-	-	-	-	(456)	-	-	(456)	(220)	(676)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(456)	-	1.999.339	1.998.883	1.401.863	3.400.746
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo (nota 25)	-	11.370	-	-	-	-	-	-	-	11.370	5.628	16.998
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-	-	-	(2.115)	-	-	-	2.115	-	-	-	-
Frações de ações prescrita (nota 25)	-	16.000	-	-	-	-	-	-	-	16.000	7.997	23.997
Reflexo da recompra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	2.342	-	-	-	-	-	(504.583)	-	(502.241)	(246.027)	(748.268)
Reflexo do cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(235.403)	-	(199.352)	-	434.755	-	-	-	-
Reflexo das transferências de ações - plano de incentivo a longo prazo	-	(17.204)	-	-	-	-	-	17.204	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(2.532.611)	-	-	-	-	-	(2.532.611)	(133.665)	(2.666.276)
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal (nota 25.d)	-	-	85.048	-	-	-	-	-	(85.048)	-	-	-
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25.d)	-	-	-	1.383	296.988	-	-	-	(298.371)	-	-	-
Distribuição (constituição) da reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	299.531	-	-	-	-	(299.531)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(550.000)	(550.000)	(731.991)	(1.281.991)
Dividendos (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(766.389)	(766.389)	(1.133.129)	(1.899.518)
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	12.632	-	-	-	-	-	12.632	6.087	18.719
Mudança participação societária	-	-	-	-	-	201.087	-	-	-	201.087	(201.087)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	12.508	85.048	(2.456.583)	296.988	1.735	-	(50.509)	(1.999.339)	(4.110.152)	(2.426.187)	(6.536.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.223.169	31.483	979.980	356.935	2.162.802	45.304	(159)	(50.509)	-	11.749.005	7.796.479	19.545.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Resultado de operações com acionistas não controladores	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal						
Saldos em 01 de janeiro de 2024	8.223.169	34.084	838.984	1.750.212	190.000	1.638.918	43.194	(387)	-	12.718.174	8.690.926	21.409.100
Lucro líquido do exercício									1.345.834	1.345.834	1.053.594	2.399.428
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	-	-	-	-	-	-	-	684	-	684	345	1.029
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	684	1.345.834	1.346.518	1.053.939	2.400.457
Plano de incentivo a longo prazo (nota 26)	-	(14.770)	-	-	-	-	-	-	-	(14.770)	(7.584)	(22.354)
Reflexo da compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	(29.998)	-	-	-	-	-	-	-	(29.998)	(15.006)	(45.004)
Reflexo das transferências de ações - plano de incentivo a longo	-	29.659	-	-	-	-	-	-	-	29.659	14.878	44.537
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal (nota 26)	-	-	55.948	-	-	-	-	-	(55.948)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (nota 25)	-	-	-	-	-	226.896	-	-	(226.896)	-	-	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.052.360	-	-	-	-	(1.052.360)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.630)	(10.630)	-	(10.630)
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos	-	-	-	(190.000)	-	-	-	-	-	(190.000)	-	(190.000)
Distribuição (constituição) da reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	190.000	(190.000)	-	-	-	-	-	(921.465)	(921.465)
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	10.946	-	-	-	-	-	10.946	5.490	16.436
Mudança participação societária	-	-	-	-	-	-	375	-	-	375	(375)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(15.109)	55.948	1.063.306	(190.000)	226.896	375	-	(1.345.834)	(204.418)	(924.062)	(1.128.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.223.169	18.975	894.932	2.813.518	-	1.865.814	43.569	297	-	13.860.274	8.820.803	22.681.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		2.021.775	1.411.830	3.671.885	2.934.007
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	28	-	-	7.077.687	7.026.035
Resultado de equivalência patrimonial	14	(2.909.901)	(2.100.287)	107.800	82.526
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	14.818	13.887
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	2.982	12.400
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	-	-	267.041	276.811
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(24)	(27)	59.800	175.919
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		726.212	624.681	1.501.072	1.374.196
Juros sobre títulos e valores mobiliários		(33.439)	(27.644)	(395.174)	(209.361)
Juros sobre passivo de arrendamento	31	-	-	1.617.383	1.432.764
Juros sobre arrendamentos	30	-	-	(28.955)	(28.428)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	-	-	765.783	693.122
Resultado de operações com outros derivativos	31			165.780	-
Planos de incentivo a longo prazo		-	-	16.998	22.354
		(195.377)	(91.447)	14.844.900	13.806.232
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(988.139)	(1.605.774)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		172.449	78.095	183.174	422.205
Estoques		-	-	(63.675)	38.254
Despesas antecipadas		-	-	(107.469)	(184.736)
Depósitos judiciais		38	(144)	31.111	32.098
Outros ativos		21	(437)	(49.138)	90.493
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		9	(20)	8.025	(33.112)
Fornecedores		43	(343)	185.413	303.900
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(82.699)	(66.338)	240.485	197.111
Autorizações a pagar		-	-	(59.018)	(163.612)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	-	-	(362.163)	(318.796)
Receitas diferidas		-	-	(74.156)	(61.135)
Outros passivos		(76)	459	(304.041)	(293.647)
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(105.592)	(80.175)	13.485.309	12.229.481
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.024)	(1.928)	(331.470)	(91.820)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(124.616)	(82.103)	13.153.839	12.137.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Atividades de investimentos					
Resgates de títulos e valores mobiliários		769.305	219.076	8.772.285	7.415.430
Aplicações de títulos e valores mobiliários		(1.763.690)	(479.489)	(9.255.907)	(7.972.369)
Adições ao imobilizado e intangível	-	-	-	(4.541.495)	(4.550.379)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		3.405.658	1.696.317	-	-
Aporte de capital fundo 5G				(84.984)	(131.348)
Recebimento de acordo com o C6	6			520.000	
Outros			-	35.095	24.381
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		2.411.273	1.435.904	(4.555.006)	(5.214.285)
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		6.373.555	-	6.373.555	503.351
Amortização de empréstimos e financiamentos	36	(4.411.762)	(588.237)	(4.799.074)	(2.001.734)
Juros pagos – Empréstimos e financiamentos	36	(646.250)	(637.056)	(752.651)	(780.574)
Pagamento de passivo de arrendamento	36	-	-	(1.563.393)	(1.838.667)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	36	-	-	(1.646.393)	(1.460.208)
Ingressos em operações de grupamento/desdobramento de ações	24	-	-	455.691	
Pagamentos em operações de grupamento/desdobramento de ações	24	-		(79.233)	
Incentivos de arrendamentos recebidos				77.918	89.431
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(170.393)	(168.652)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	25	-	-	(748.268)	(45.004)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	25	(3.590.130)	(380.400)	(5.382.940)	(1.292.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.274.587)	(1.605.693)	(8.235.181)	(6.994.457)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		12.070	(251.892)	363.652	(71.081)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.150	265.042	3.271.892	3.342.973
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		25.220	13.150	3.635.544	3.271.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	40.279.063	36.731.708
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(765.783)	(693.122)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(9.609.197)	(7.269.433)
	-	-	29.904.083	28.769.153
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(4.685.143)	(4.394.555)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.940)	(939)	(3.553.131)	(3.690.182)
	(1.940)	(939)	(8.238.274)	(8.084.737)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(7.077.687)	(7.026.035)
Valor adicionado líquido produzido	(1.940)	(939)	14.588.122	13.658.381
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.909.901	2.100.287	(107.800)	(82.526)
Receitas financeiras	49.869	36.278	1.887.010	1.203.228
	2.959.770	2.136.565	1.779.210	1.120.702
Valor adicionado total a distribuir	2.957.830	2.135.626	16.367.332	14.779.083
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	527	586	800.234	821.797
Benefícios	308	328	318.911	279.026
F.G.T.S	8	8	80.266	78.749
Outros	-	-	54.665	61.710
	843	922	1.254.076	1.241.282
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	23.713	66.181	2.639.677	2.990.893
Estaduais	-	-	3.047.800	2.985.924
Municipais	-	-	122.670	103.440
	23.713	66.181	5.810.147	6.080.257
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	933.935	722.689	4.521.204	3.780.784
Aluguéis	-	-	1.371.530	1.268.258
	933.935	722.689	5.892.734	5.049.042
Outros				
Investimento social	-	-	8.953	9.074
	-	-	8.953	9.074
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos e JSCP	1.316.390	10.630	1.316.390	10.630
Lucros retidos	682.949	1.335.204	682.949	1.335.204
Part. Não controladores nos lucro retidos	-	-	1.402.083	1.053.594
	1.999.339	1.345.834	3.401.422	2.399.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Prezados acionistas,

A administração da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2025, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Controlada

A TIM Brasil é uma Controlada com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada integralmente pela Telecom Italia Finance S.A. (“Controladora”) – uma empresa do Grupo Telecom Italia. A TIM Brasil é uma holding não operacional que controlava e consolidava os resultados da TIM Participações S.A. (“TPAR”) até o final do mês de agosto de 2020, quando ocorreu a incorporação reversa da TIM Participações S.A. pela TIM S.A. (antiga subsidiária integral da TIM Participações S.A.) Após agosto de 2020, a TIM Brasil passou a consolidar os resultados da TIM S.A. (“Controlada” ou “TSA”).

Através da troca de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a TIM Brasil compartilha experiências com a sua Controladora e Controlada e acumula sinergias que beneficiam todos os entes do grupo e seus respectivos clientes. Através de sua Controlada, a TIM Brasil opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

A TSA é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (American Depositary Receipts) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE).

Sendo a TIM Brasil uma holding não operacional, as informações abaixo vão descrever atividades, iniciativas e estratégias de sua Controlada.

Mensagem da Administração¹

A TSA encerrou 2025 com satisfação em apresentar resultados robustos em um ano marcado por intensa dinâmica competitiva e importantes avanços estratégicos. A TSA manteve sua trajetória de crescimento sustentável, cumprindo integralmente suas metas anuais e reforçando sua posição de liderança no mercado brasileiro de telecomunicações.

A receita de serviços da TSA continuou a avançar de forma consistente ao longo do ano, sustentada pelo bom desempenho dos segmentos móvel, banda larga e B2B. A evolução operacional, combinada a uma disciplina rigorosa de custos e alocação eficiente de capital, resultou em margens históricas e em um ciclo contínuo de geração de valor para nossos acionistas.

A Controlada encerrou 2025 entregando:

- Crescimento sólido da receita de serviços, em linha com o guidance, impulsionado por uma base de clientes qualificada e estratégias de monetização sustentáveis.
- EBITDA em expansão, com margem acima de 50%, refletindo eficiência operacional e digitalização contínua de processos.
- Disciplina de investimentos, preservando capex eficiente e direcionado às oportunidades mais relevantes, incluindo a ampliação da cobertura e capacidade da rede 5G.
- Avanço expressivo na geração de Fluxo de Caixa Operacional, apoiando a manutenção de níveis saudáveis de alavancagem.
- Um dos mais elevados patamares históricos de lucro líquido, reforçando a consistência da performance financeira.

A TSA manteve também forte compromisso com remuneração ao acionista, com juros sobre capital próprio, dividendos e programa de recompra acelerado, em linha com nossa estratégia de retorno sustentável de capital.

¹ Todos os números financeiros são normalizados para itens não recorrentes para melhor representar a dinâmica dos negócios.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

Além disso, segue fortalecendo o posicionamento competitivo por meio de melhorias na experiência do cliente, evolução contínua da rede e expansão de parcerias estratégicas, incluindo iniciativas relevantes no segmento B2B e em soluções digitais, como projetos de conectividade avançada em grandes operações corporativas.

Com os resultados no caminho certo e tendo cumprido integralmente as metas de 2025, a TSA entra em 2026 preparada para avançar em sua jornada de crescimento.

Negócios

Móveis

Em 2025, a operação móvel manteve seu fortalecimento, impulsionada pela estratégia de monetização da base por meio da migração para planos de maior valor. Como resultado, a companhia registrou crescimento de 8,4% na base pós-paga e aumento de 4,7% no ARPU Pós-pago ex-M2M ao longo do ano.

Esse desempenho reflete o foco da Controlada em reforçar seus principais atributos. Em 2025, a TSA acelerou a expansão nacional do 5G, alcançando quase 1.000 cidades em todo o Brasil, além de avançarmos na modernização da rede em São Paulo e Minas. Com isso, a TSA foi reconhecida pelo quarto ano consecutivo como líder em Qualidade Consistente no Relatório de Experiência da Rede Móvel da OpenSignal.

A Controlada também segue se destacando pela excelência no atendimento: permanecendo como a primeira empresa do Brasil a conquistar e manter o Selo de Eficiência do Procon-SP por 30 meses consecutivos, sendo a única a preservar essa certificação. Além disso, manteve o selo RA1000 do Reclame Aqui, com índice de resolubilidade de 91,2%, reforçando seu compromisso com o cliente.

Ultrafibra

A TIM UltraFibra encerrou 2025 com 850 mil conexões, aumentando a base clientes em 60 mil acessos (um aumento de 7,6% ano a ano), reestabelecendo sua trajetória de crescimento, com a base FTTH como principal alavanca. Planos de maior valor, com velocidade de 400 Mbps ou mais, continuam ganhando mais relevância, alcançando 90% da base total em 31 de dezembro de 2025.

Corporativo

No corporativo, A TSA continua trabalhando para aumentar sua participação de mercado B2B, por meio da melhoria do portfólio de mobile tradicional e TIC, além do lançamento de novas soluções. A expansão do mercado B2B impulsionará uma onda de produtividade em indústrias-chave no Brasil. Ao capitalizar a expansão da conectividade IoT como base, buscamos aproveitar uma variedade de soluções e serviços. Estabelecendo parcerias estratégicas com líderes em quatro setores essenciais – agricultura, logística, utilidades e indústria – nosso objetivo é liderar e catalisar a transformação digital na indústria brasileira. O compromisso está em promover a inovação e a eficiência em setores vitais para o progresso econômico do país.

A TSA fortaleceu sua posição como força líder na transformação digital de áreas rurais, rodovias e cidades brasileiras, expandindo a conectividade para regiões anteriormente carentes e possibilitando ganhos significativos em produtividade, eficiência e impacto social. No agronegócio, a cobertura do NBloT cresceu mais de 25%, enquanto a cobertura 4G para IoT rural atingiu 26,2 milhões de hectares, avançando mais de 32% e reforçando seu papel na automação e inteligência operacional em todo o setor. Na logística, ampliou a cobertura para 10.259 quilômetros de rodovias — um aumento de 83% — permitindo soluções avançadas de rastreamento, telemetria e segurança. Do ponto de vista socioambiental, conectou 2,6 milhões de pessoas em áreas rurais, expandiu o serviço para mais de 53.000 fazendas e registrou um aumento de 38,7% na iluminação pública inteligente, totalizando 472.000 pontos instalados, demonstrando como sua infraestrutura IoT acelera o desenvolvimento em regiões historicamente pouco atendidas.

Prêmios e Conquistas

- Reconhecida para S&P por uma década de compromisso internacional com índices ESG: Contribuição ativa e score S&P Global ESG 81;
- Pelo 3 ano consecutivo, a TSA é líder climática da “A List” pelo CDP;
- Única Telecom nos índices ESG da B3: relatórios transparentes de gestão climática e sustentabilidade integrada ao negócio, permanecendo há 17 anos na carteira ISE B3

Ambiente Macroeconômico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador no Brasil, embora com sinais de moderação em relação às pressões observadas em 2024. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou dezembro de 2025 com variação mensal de 0,33%, acumulando alta de 4,26% nos últimos 12 meses. A desaceleração inflacionária decorreu principalmente da normalização parcial de preços de alimentos e de commodities, embora alguns grupos, especialmente serviços, tenham mantido variações acima da média devido à demanda ainda aquecida em parte do ano.

O Banco Central do Brasil (BCB) manteve uma postura restritiva durante grande parte de 2025, mantendo a taxa básica de juros (SELIC) elevada em 15% ao ano, nível mais alto em quase duas décadas. Ao final do ano, essa taxa permaneceu estável, com indicações de que cortes poderiam começar ao longo de 2026, caso os dados realinharem-se às metas de inflação

O câmbio apresentou oscilações relevantes no câmbio. Diferentemente da forte desvalorização registrada em 2024, o ano de 2025 foi marcado por apreciação do real frente ao dólar, com o câmbio fechando o ano em R\$5,50. Ao longo de 2025, a cotação variou entre máximas acima de R\$ 6,30 no início do ano e mínimas próximas a R\$ 5,27 em novembro.

Desempenho Financeiro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

	Consolidado		
	2025	2024	% A/A
Receita líquida	26.625	25.448	4,6%
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	- 12.267	- 11.893	3,1%
Lucro bruto	14.358	13.555	5,9%
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	- 5.960	- 5.909	0,9%
Gerais e administrativas	- 1.737	- 1.800	-3,5%
Resultado de equivalência patrimonial	- 108	- 83	30,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	- 212	- 259	-18,0%
	- 8.017	- 8.050	-0,4%
Lucro operacional	6.341	5.505	15,2%
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	1.679	898	87,1%
Despesas financeiras	- 4.285	- 3.540	21,1%
Variações cambiais, líquidas	- 64	71	n.a.
	- 2.669	- 2.571	3,8%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.672	2.934	25,1%
Imposto de renda e contribuição social	- 270	- 535	-49,4%
Lucro líquido do exercício	3.401	2.399	41,8%
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia	1.999	1.346	48,6%
Participação dos não controladores	1.402	1.054	33,1%
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	0,13	0,08	62,5%

Em 2025, a Receita Líquida Total da TSA apresentou alta de 4,6% A/A impulsionada pelo desempenho sólido da receita de Serviços Móveis em 2025, superando a inflação de 2025 (IPCA 2025: 4,26%).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

Os Custos e Despesas Operacionais da TSA atingiram R\$ 13.095 milhões em 2025, permanecendo consideravelmente abaixo da inflação registrada no ano (4,26%). O resultado reforça mais uma vez a eficácia das ações realizadas pela Companhia para maior eficiência e controle do Opex.

Lucro Líquido da Companhia totalizou R\$ 3.401 milhões no ano de 2025, ante R\$ 2.399 milhões no ano de 2024. Este resultado representou um aumento de 41,8% A/A.

Ambiental, Social e Governança (ASG ou ESG)

Sólido Percurso ESG

A TSA apresenta uma sólida trajetória em ESG, sendo reconhecida nacional e internacionalmente por suas práticas em sustentabilidade, governança e responsabilidade social. Em 2025, a TSA foi a única empresa do setor de telecomunicações a ser reconhecida pela B3 durante a COP30, em Belém, por integrar simultaneamente os três principais índices ESG do mercado brasileiro: ISE, ICO2 e IDIVERSA. A homenagem destacou o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e reforçou a importância da agenda ESG como pilar fundamental para o negócio.

Além disso, a Controlada demonstra forte atuação ambiental, reportando emissões ao CDP desde 2010 e pelo terceiro ano consecutivo, integra a A-List do CDP Climate Change, mantendo sua liderança na gestão das mudanças climáticas. Para dar transparência às suas práticas e ações, a TSA publica desde 2007 relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes GRI e conta com asseguração independente desde 2009.

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a Companhia desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis. Também mantém para livre consulta dos seus stakeholders suas políticas em temas como Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras. Em sua matriz de materialidade atualizada em 2024, a TSA destaca nove temas essenciais, que incluem inovação e tecnologia, inclusão digital, privacidade e segurança de dados, eficiência energética e ética e compliance, reforçando sua estratégia orientada à dupla materialidade e ao engajamento de stakeholders.

Para mais informações sobre a gestão de aspectos ESG na TSA, consulte os Relatórios ESG em <https://ri.tim.com.br/esg/relatorios-esg/>.

Governança Corporativa

A TIM Brasil é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada como categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e adota uma estrutura de governança corporativa compatível com o seu porte, natureza operacional e regime regulatório aplicável, sendo administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. A Companhia não mantém Conselho Fiscal em funcionamento permanente, o qual poderá ser instalado nos termos da legislação societária vigente, mediante solicitação dos acionistas.

Os deveres, responsabilidades e prerrogativas do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária estão previstos na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia e demais normas aplicáveis.

A atuação da Companhia e de seus administradores é pautada pelos princípios de transparência, integridade, ética e responsabilidade corporativa, os quais norteiam a condução dos negócios, o relacionamento com partes interessadas e a divulgação de informações confiáveis e tempestivas ao mercado.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis em Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, admitida reeleição. Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração era formado por 4 (quatro) membros.

A Diretoria Estatutária é composta por até 11 (onze) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. Dentre os diretores, há um Diretor Presidente, cabendo aos demais as designações atribuídas pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria Estatutária da TIM Brasil era composta por 3 (três) membros.

Durante o exercício social de 2025, o Conselho Fiscal não foi instalado. Nos termos da legislação societária, o Conselho Fiscal poderá ser instalado mediante solicitação dos acionistas, passando a exercer as competências, responsabilidades e deveres previstos em lei.

Caso instalado, o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

A TIM Brasil não possui, na presente data, comitês estatutários ou não estatutários vinculados ao Conselho de Administração.

Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social a TIM Brasil deve distribuir aos seus acionistas, como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, 1% (um por cento) do lucro líquido do referido exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A TIM Brasil, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A TIM Brasil, também por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária e os dividendos distribuídos nos termos do parágrafo anterior serão imputados ao dividendo obrigatório.

A TIM Brasil poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei:

Auditoria Independente

Em 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes SS Ltda. prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e outros serviços não relacionados à auditoria.

Durante o ano, tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados. Os auditores independentes possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM Brasil.

Considerações Finais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2025

A TIM Brasil, com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece a todos seus stakeholders pelo apoio e confiança na gestão do negócio. Para mais detalhes sobre quaisquer dos pontos descritos nesse documento, referentes à informação de sua Controlada, consultar os Comentários da Administração nas demonstrações financeiras da TSA.

A Administração

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

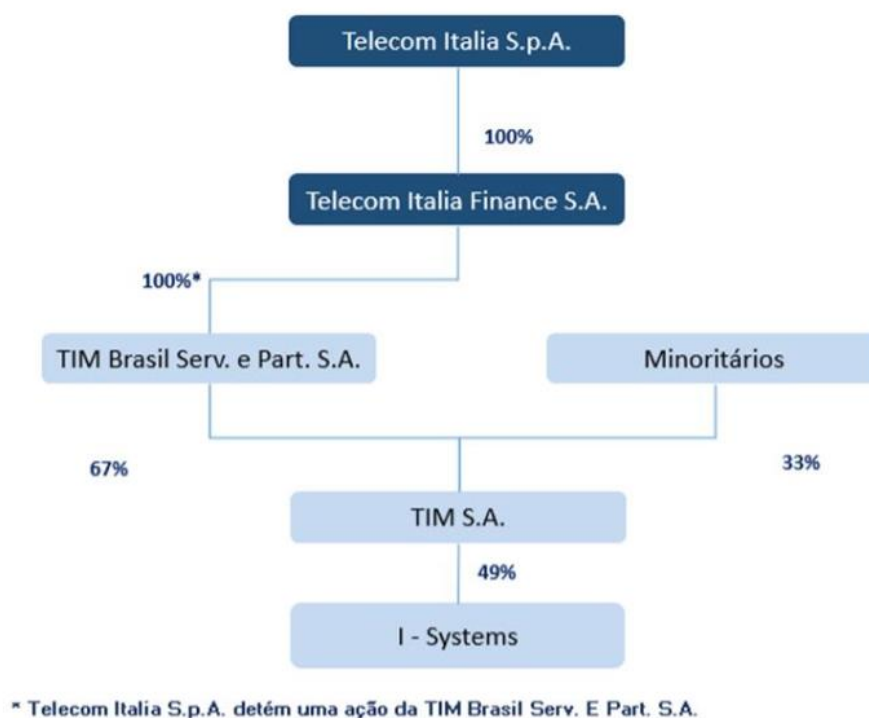
Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil” ou “Companhia” ou denominadas como “Grupo” juntamente com sua controlada e coligada) é uma companhia por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada integralmente pela Telecom Italia Finance S.A. – uma empresa do Grupo Telecom Italia. A TIM Brasil tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas concessões e/ou autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Brasil são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“Anatel”).



O grupo TIM (“Grupo”) é composto pela TIM Brasil, por sua controlada direta TIM S.A. e sua coligada: I-Systems.

Controlada direta – TIM S.A.

A Companhia detém 67,48 % das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Coligada – I- Systems (antiga FiberCo)

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) na companhia I-Systems (coligada).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações do Grupo. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A base de consolidação da Companhia em 31 de dezembro de 2025, inclui a controlada TIM S.A. que possui como principal objeto social a prestação de serviços de telecomunicações, sediada no Rio de Janeiro, Brasil.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o Grupo opta por mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2026.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

g1. As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

O Grupo avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB.

O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

O Grupo avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Em observância aos parágrafos 88C e 88D do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o Grupo informa que está avaliando os possíveis impactos decorrentes da legislação do Pilar Dois, iniciativa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). Essa legislação estabelece uma tributação mínima para grandes grupos empresariais que se enquadram dentro do escopo dessas regras, os quais devem calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam. No contexto dessa regulamentação, essa alíquota é denominada “GloBE Effective Tax Rate” ou alíquota efetiva GloBE.

Caso a alíquota efetiva GloBE de alguma entidade do grupo econômico, considerada por jurisdição onde o grupo atua, seja inferior à alíquota mínima de 15%, a multinacional será obrigada a pagar um tributo adicional sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GloBE e a alíquota mínima estabelecida.

A referida norma foi inicialmente apresentada pela Medida Provisória nº 1.262 de 03 de outubro de 2024 e posteriormente foi objeto da Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, a qual Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária – Regras GloBE a partir de 2025.

As mencionadas regras passaram a ser aplicáveis ao nosso grupo a partir de 2025, dado que as entidades que o constituem auferiram receitas superiores de € 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de euros) nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade Investidora Final (Telecom Italia) nos últimos 4 (quatro) anos fiscais. O Grupo continua realizando estudos para verificar possíveis impactos da aplicação do Pilar Dois em decorrência das operações do Grupo Telecom Italia no Brasil. Para o ano de 2025, com base em estudos realizados até o momento, não houve impactos significativos, uma vez que o Grupo atendeu aos limites estabelecidos.

q.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício (“DRE”), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

A adoção da IFRS 18 não altera valores de ativos, passivos ou patrimônio líquido, mas impacta significativamente a forma de apresentação das demonstrações financeiras. A principal mudança ocorre na Demonstração do Resultado, que passa a apresentar receitas e despesas classificadas nas categorias operacional, investimento e financiamento, além da inclusão dos subtotais obrigatórios de Lucro Operacional e Lucro antes de Financiamento e Imposto de Renda. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

No fluxo de caixa, a conciliação pelo método indireto passa a iniciar pelo Lucro Operacional, refletindo a nova estrutura das demonstrações do resultado do exercício (DRE) e garantindo maior alinhamento entre as categorias.

Em síntese, os efeitos esperados no Grupo concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures - MPMs*); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

Alteração IAS 21 – Conversão das demonstrações financeiras para moeda não hiperinflacionária

Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, trazendo orientações adicionais sobre como as entidades devem converter demonstrações financeiras preparadas em moeda não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação hiperinflacionária.

Essas alterações, de caráter pontual, visam aprimorar a qualidade das informações e reduzir a diversidade de práticas, proporcionando maior consistência na elaboração de relatórios em economias hiperinflacionárias.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As alterações ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

O Grupo avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.

Não são esperados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras do Grupo em decorrência destas alterações.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia e sua controlada considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pelo Grupo, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) Arrendamentos

A controlada TIM S.A. possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia e sua controlada na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e sua controlada e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e sua controlada teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia e sua controlada estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e sua controlada (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	778	861	86.651	82.038
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB	24.442	12.289	3.548.893	3.189.854
	25.220	13.150	3.635.544	3.271.892

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente aos CDB’s é de 100,48 % a.a. (101,02 % a.a. em 31 de dezembro de 2024), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FUNCINE (i)	-	-	26.339	15.241
Fundo Soberano (ii)	-	-	1.518	2.404
FIC: (iii)				
Títulos Públicos (a)	858.481	190.809	2.468.017	1.907.515

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

CDB (b)	2.500	4.638	6.083	23.534
Letra Financeira (c)	199.751	41.682	543.575	436.025
Outros (d)	255.149	50.928	571.003	353.020
	<u>1.315.881</u>	<u>288.057</u>	<u>3.616.535</u>	<u>2.737.739</u>
Parcela circulante	<u>(1.315.881)</u>	<u>(288.057)</u>	<u>(3.590.196)</u>	<u>(2.722.498)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.339</u>	<u>15.241</u>

(i) Desde 2017, a controlada TIM S.A., com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica Nacional, bem como, de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 0,17 % a.a. (1,47 % a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,30 % a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,20% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

iii) A Companhia e sua controlada investem em FIC's exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 dos FIC's foi de 101,98% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (105,35% em 31 de dezembro de 2024).

- a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.
- b) Os CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- c) Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.
- d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	5.039.083	4.815.750
Contas a receber bruta	5.741.906	5.486.319
Serviços faturados	2.695.504	2.481.786
Serviços a faturar ("unbilled")	1.418.994	1.302.906
Uso de rede	997.297	992.414
Venda de mercadorias	603.882	684.858
Ativo contratual (nota 22)	25.898	24.027
Outras contas a receber	331	328
Perdas por crédito de liquidação esperada	(702.823)	(670.569)
Parcela circulante	(4.901.777)	(4.677.935)
Parcela não circulante	137.306	137.815

Em função da parceria financeira, existente entre TIM e Banco C6 S.A. entre 2020 e fevereiro de 2025, havia saldos de contas a receber pela TIM relativos a taxas de ativação de clientes C6. O Acordo firmado entre a TIM S.A. e o Banco C6 em 11 de fevereiro de 2025, teve por objetivo encerrar a parceria e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. Após a aprovação da CIMA (Autoridade Monetária das Ilhas Cayman) em março de 2025, as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM S.A. (nota 36) tiveram sua baixa contábil integralmente realizada e passaram a compor o saldo de contas a receber da TIM S.A. (R\$520 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$520 milhões foi integralmente recebido, liquidando o acordo.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	670.569	629.739
Constituição de provisão	765.783	693.122
Baixas de Provisão	(733.529)	(652.292)
Saldo Final	702.823	670.569

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Total	5.741.906	5.486.319
A vencer	4.239.134	3.917.182
Vencidos até 30 dias	428.654	372.836
Vencidos até 60 dias	139.462	123.183
Vencidos até 90 dias	127.781	149.653
Vencidos até 120 dias	121.913	105.426
Vencidos a mais de 120 dias	684.962	818.039

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição

	Consolidado	
	2025	2024
Total Estoques	357.204	293.529
Estoques	376.768	310.054
Aparelhos celulares e tablets	269.596	187.866
Acessórios e cartões pré-pagos	88.601	98.868
TIM chips	18.571	23.320
Perdas para ajuste ao valor de realização	(19.564)	(16.525)

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	42.985	91.862	370.169	418.118
Imposto de renda	42.985	90.195	299.899	290.996
Contribuição social	-	1.667	70.270	127.122
Parcela circulante	(42.551)	(91.428)	(111.320)	(202.804)
Parcela não circulante	434	434	258.849	215.314

Em 2021, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC em processos de repetição de indébito, a controlada TIM S.A. registrou IRPJ e CSLL a recuperar baseado em sua melhor estimativa, naquela data, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Até 31 de dezembro de 2025, a correção monetária total reconhecida foi de R\$ 133 milhões.

No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM S.A. transitou em julgado e a controlada TIM S.A. obteve habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil. Em função disso, realizou a reclassificação de R\$ 156 milhões para o imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo R\$114 milhões e R\$ 42 milhões de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, respectivamente.

Nos exercícios de 2023 e 2024, a Companhia utilizou, respectivamente, R\$ 151 milhões e R\$ 231 milhões em créditos para compensação de tributos federais. Em 2025, foi realizada a compensação de R\$ 115 milhões desses créditos.

Em 2025, a controlada TIM S.A. reconheceu créditos de IRPJ no montante de R\$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R\$ 14 milhões compensado até 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R\$ 224 milhões, a qual foi integralmente compensado neste exercício.

A controlada TIM S.A. possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante R\$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 207 milhões em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

No exercício a controlada TIM S.A. realizou antecipação por meio de depósitos no Banco do Nordeste, no montante de R\$ 31 milhões, com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos de renda e contribuição social a recolher	282	65.996	181.779	112.606
Imposto de renda	-	48.520	76.518	48.520
Contribuição social	282	17.476	105.261	64.086
Parcela circulante	(282)	(65.996)	(162.384)	(112.606)
Parcela não circulante	-	-	19.395	-

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pelo Grupo.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2025	Consolidado 2024
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	12.132
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	515.324	536.550
Provisão para perdas de crédito esperadas	236.537	257.645
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.553.124	1.230.521
Instrumentos financeiros derivativos	(118.647)	(274.140)
Juros capitalizados 4G e 5G	(211.522)	(246.621)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	826.882	730.015
Depreciação acelerada (iii)	(1.035.883)	(990.374)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	192.507	269.172
Ágio amortizado – Cozani	(544.596)	(388.245)
Outros ativos	273.245	287.234
Outros passivos	(81.890)	(92.779)
	<u>1.355.604</u>	<u>1.081.633</u>
Parcela imposto ativo diferido	3.597.619	3.323.269
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.242.015)</u>	<u>(2.241.636)</u>

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2025 da controlada TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representa a adição de novos contratos de leasing. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a controlada TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da controlada TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022 pela controlada TIM S.A., que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo.

A controlada TIM S.A. com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

A controlada TIM S.A. utilizou créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais no montante de R\$ 68 milhões no período de janeiro até dezembro de 2025, em razão da recomposição desses créditos após êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais (R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2024).

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda do exercício	(16.492)	(48.520)	(685.208)	(474.860)
Contribuição social do exercício	(5.944)	(17.476)	(307.398)	(217.746)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	-	-	442.136	333.359
	(22.436)	(65.996)	(550.470)	(359.247)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda diferido	-	-	197.982	(159.994)
Contribuição social diferida	-	-	75.641	(15.338)
	-	-	273.623	(175.332)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	-	6.384	-
	-	-	280.007	(175.332)
	(22.436)	(65.996)	(270.463)	(534.579)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.021.775	1.411.830	3.671.885	2.934.007
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(687.404)	(480.022)	(1.248.441)	(997.562)
(Adições) / exclusões:				
Resultado de equidade patrimonial	989.366	714.098	(36.652)	(28.059)
Adições, exclusões permanentes:				
Receitas não tributáveis	-	-	70.518	12.848
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(16)	-	(25.516)	(60.671)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	-	-	442.136	333.359
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	(315.523)	(328.393)	435.877	164.608
Outros valores	(8.859)	28.321	91.615	40.898
	664.968	414.026	977.978	462.983

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		-		
<i>Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício</i>	(22.436)	(65.996)	(270.463)	(534.579)
<i>Alíquota efetiva</i>	1,11%	4,67%	7,37%	18,22%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM S.A. possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	131.244	104.408	2.181.836	1.957.864
ICMS (i)	-	-	1.255.059	1.235.119
PIS / COFINS (ii)	555	555	556.591	330.574
IRRF sobre aplicações financeiras	7.980	7.494	37.999	100.502
IRRF sobre juros sobre capital próprio	122.709	96.359	122.709	96.359
ISS a recuperar (iii)			109.314	109.314
Outros	-	-	100.164	85.996
Parcela circulante	(131.244)	(104.408)	(1.270.132)	(1.050.511)
Parcela não circulante	-	-	911.704	907.353

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela controlada TIM S.A.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

(iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a Companhia e ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

10. Despesas antecipadas

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
Despesas Antecipadas	669.609	562.141
Propagandas não veiculadas (i)	11.814	20.331
Aluguéis e seguros	89.791	83.603
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	215.250	188.269
Despesas antecipadas contratuais (iii)	324.561	251.181
Outros	28.193	18.757
Parcela circulante	(329.362)	(280.851)
Parcela não circulante	340.247	281.290

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos judiciais	1.071	1.084	678.221	678.614
Cível e Regulatório	525	534	262.544	291.229
Trabalhista	(12)	(22)	58.520	54.932
Tributário	-	-	254.927	239.093
Penhora Online (i)	558	572	102.230	93.360

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia e sua controlada vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia e sua controlada. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A controlada TIM S.A. possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 254.927 (R\$ 239.093 em 31 de dezembro de 2024), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 44.920 (R\$40.533 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 30.457 (R\$ 26.339 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.990 (R\$ 12.974 em 31 de dezembro de 2024).
- (d) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 75.553 (R\$ 71.237 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (e) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 46.512 (R\$ 30.039 em 31 de dezembro de 2024).
- (f) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa TIM S.A. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.978 (R\$ 15.461 em 31 de dezembro de 2024).

12. Outros ativos financeiros

	Consolidado	
	2025	2024
Outros ativos financeiros	514.109	550.669
Subscrição bônus Banco C6 (i)	-	162.958
Fundo 5G (ii)	338.792	212.394
Bônus de subscrição (iii)	175.317	175.317
Parcela não circulante	514.109	550.669

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro. O Grupo deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(i) Em março de 2025, foi obtida aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA) para o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a controlada TIM S.A. e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contemplou a alienação integral da participação da Companhia, incluindo todas as ações e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM S.A. Com a formalização do Acordo, no primeiro trimestre de 2025, o bônus de subscrição teve sua baixa contábil integralmente realizada em contrapartida de valores a receber que foram totalmente liquidados em dezembro de 2025.

(ii) A controlada TIM S.A. possui investido aproximadamente R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 212 milhões em 2024) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G "Upload Ventures Growth" ("Fundo 5G"), reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de solução baseadas em tecnologia 5G

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Deste montante total, vale destacar que em 16 de janeiro de 2025, Companhia realizou aportes em dólares de aproximadamente R\$ 85 milhões (R\$ 185 milhões até 2024), no Fundo 5G.

(iii) Em abril de 2022 a TIM S.A. entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia ("EXA") para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$174 milhões. O valor do ativo financeiro foi registrado a valor justo por R\$175 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. Esse direito poderá ser exercido nos próximos 12 meses mediante a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros relacionados ao Fundo 5G e Bônus de subscrição, foram avaliados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que se refere à mensuração ao valor justo, conforme previsto nos pronunciamentos contábeis vigentes..

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros ativos	15.167	15.189	307.883	257.323
Adiantamento a empregados	-	-	7.547	3.819
Adiantamentos a fornecedores	-	-	61.013	48.008
Valores a receber projetos incentivados	-	-	27.080	27.391
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	-	-	112.471	80.610
Créditos Fistel (i)	-	-	32.966	38.033
Outros (ii)	15.167	15.189	66.806	59.462
Parcela circulante	(14.452)	(14.474)	(277.677)	(226.702)
Parcela não circulante	715	715	30.206	30.621

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.
- (ii) Na controladora, referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas. No consolidado, parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 8.010 (R\$ 8.267 em 31 de dezembro 2024); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 16.255 (R\$ 19.255 em 31 de dezembro 2024).

14. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a controlada TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a controlada TIM S.A. deixa de consolidar a Empresa, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A controlada direta TIM S.A., detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	2025	2024
Ativo	1.895.545	2.134.912
Ativo circulante e não circulante	254.727	388.082
Ativo tangível e intangível	1.640.818	1.746.830
Passivo e Patrimônio Líquido	1.895.545	2.134.912
Passivo circulante e não circulante	736.516	755.882
Patrimônio líquido	1.159.029	1.379.030
Participação proporcional da controlada TIM S.A.	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	526.729	634.529
Valor do investimento	1.260.486	1.368.286

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(220.000)	(167.145)
Participação proporcional da controlada TIM S.A.	49%	49%
Participação da TIM S.A. nos resultados da coligada	(107.800)	(82.526)

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Participação em empresas controladas (controladora):

	2025	2024
	TIM S.A. (controlada)	
Quantidade de ações/quotas detidas	1.611.969.909	1.611.969.946
Participação no capital total	67,5%	66,6%
Patrimônio líquido	23.977.391	26.404.636
Lucro do exercício	4.311.984	3.153.881
Resultado de equivalência patrimonial	2.909.901	2.100.287
Valor do investimento	16.180.911	17.583.833

(b) Participação em empresas coligadas (Consolidado):

	2025	2024
	I-Systems	I-Systems
Quantidade de ações/quotas detidas	879.201.118	879.201.118
Participação no capital total	49%	49%
Patrimônio líquido	1.159.029	1.379.030
Prejuízo líquido do exercício	(220.000)	(167.145)
Resultado de equivalência patrimonial	(107.800)	(82.526)
Valor do investimento	1.260.486	1.368.286

(c) Mutação do investimento – controladora

	TIM S.A.
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024	17.583.833
Resultado de equivalência patrimonial	2.909.901
Dividendos e juros sobre capital próprio	(4.051.216)
Reflexo de recompra de ações em tesouraria TIM S.A.	(502.241)
Plano de incentivo a longo prazo	11.370
Mudança de participação societária	201.087
Frações de ações prescritas	16.000
Complemento de benefício pós-emprego de controlada	(456)
Dividendos não reclamados	12.633
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	16.180.911

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Mutação do investimento – consolidado

	I-Systems
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024	1.368.286
Resultado de equivalência patrimonial	(107.800)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	1.260.486

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia (controladora) possui saldo a receber de dividendos e juros sobre capital próprio, pelo montante de R\$ 791.797 (R\$ 367.943 em 31 de dezembro de 2024).

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. O Grupo reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos, os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	5.655.358	(321.965)	-	81.065.436
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(105.762)	2.384.096	43.475.500
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	6.754	798.737
Aparelhos em comodato	4.256.120	1.230	(43.654)	202.756	4.416.452
Infraestrutura	7.925.713	-	(19.824)	323.614	8.229.503
Bens de informática	1.806.939	-	(3.814)	9.075	1.812.200
Bens de uso geral	1.047.340	-	(1.253)	53.700	1.099.787
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	2.709.339	(146.461)	-	20.590.990
Terrenos	38.084	-	(98)	-	37.986
Obras em andamento	640.586	2.944.789	(1.099)	(2.979.995)	604.281
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(5.137.955)	160.685	-	(57.893.985)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(2.766.864)	101.577	-	(33.627.838)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(26.317)	-	-	(731.460)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(222.943)	35.910	-	(4.143.697)
Infraestrutura	(5.660.027)	(358.057)	18.491	-	(5.999.593)
Bens de informática	(1.748.687)	(25.537)	3.804	-	(1.770.420)
Bens de uso geral	(803.591)	(51.091)	903	-	(853.779)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(1.687.146)	-	-	(10.767.198)
Total Imobilizado líquido	22.815.328	517.403	(161.280)	-	23.171.451
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(2.766.864)	(4.185)	2.384.096	9.847.662
Cabos de fibra ótica	86.840	(26.317)	-	6.754	67.277
Aparelhos em comodato	299.456	(221.713)	(7.744)	202.756	272.755
Infraestrutura	2.265.686	(358.057)	(1.333)	323.614	2.229.910
Bens de informática	58.252	(25.537)	(10)	9.075	41.780
Bens de uso geral	243.749	(51.091)	(350)	53.700	246.008
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	1.022.193	(146.461)	-	9.823.792
Terrenos	38.084	-	(98)	-	37.986
Obras em andamento	640.586	2.944.789	(1.099)	(2.979.995)	604.281

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Total do Custo do Imobilizado Bruto	70.343.331	5.978.275	(589.563)	-	75.732.043
Equipamentos de comutação / transmissão	38.274.244	-	(97.312)	3.020.234	41.197.166
Cabos de fibra ótica	786.762	-	-	5.221	791.983
Aparelhos em comodato	4.082.742	842	(15.341)	187.877	4.256.120
Infraestrutura	7.737.385	-	(18.007)	206.335	7.925.713
Bens de informática	1.803.782	-	(4.220)	7.377	1.806.939
Bens de uso geral	1.004.301	-	(2.382)	45.421	1.047.340
Direito de uso em arrendamentos	15.973.178	2.506.600	(451.666)	-	18.028.112
Terrenos	38.588	-	(504)	-	38.084
Obras em andamento	642.349	3.470.833	(131)	(3.472.465)	640.586
Total Depreciação Acumulada	(47.931.516)	(5.109.364)	124.165	-	(52.916.715)
Equipamentos de comutação / transmissão	(28.413.977)	(2.639.864)	91.290	-	(30.962.551)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(60.165)	-	-	(705.143)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(206.398)	10.736	-	(3.956.664)
Infraestrutura	(5.325.647)	(350.734)	16.354	-	(5.660.027)
Bens de informática	(1.715.818)	(36.981)	4.112	-	(1.748.687)
Bens de uso geral	(755.528)	(49.736)	1.673	-	(803.591)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(1.765.486)	-	-	(9.080.052)
Total Imobilizado Líquido	22.411.815	868.911	(465.398)	-	22.815.328
Equipamentos de comutação / transmissão	9.860.267	(2.639.864)	(6.022)	3.020.234	10.234.615
Cabos de fibra ótica	141.784	(60.165)	-	5.221	86.840
Aparelhos em comodato	321.740	(205.556)	(4.605)	187.877	299.456
Infraestrutura	2.411.738	(350.734)	(1.653)	206.335	2.265.686
Bens de informática	87.964	(36.981)	(108)	7.377	58.252
Bens de uso geral	248.773	(49.736)	(709)	45.421	243.749
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	741.114	(451.666)	-	8.948.060
Terrenos	38.588	-	(504)	-	38.084
Obras em andamento	642.349	3.470.833	(131)	(3.472.465)	640.586

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Consolidado					
Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	1.251.461	332.877	334.802	790.199	2.709.339
Remensuração	(95.642)	(3.405)	(31.433)	(15.981)	(146.461)
Depreciação	(745.509)	(177.378)	(294.224)	(470.035)	(1.687.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792

Consolidado					
Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.677.149	833.391	2.351.707	796.365	8.658.612
Adições (i)	879.180	514.188	227.158	886.074	2.506.600
Remensuração	(223.341)	(22.824)	(205.501)	-	(451.666)
Depreciação	(745.866)	(158.612)	(370.837)	(490.171)	(1.765.486)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R\$ 108 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 89 milhões em 31 de dezembro de 2024).

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	8 a 12

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia e sua controlada realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável. Deste modo, o Grupo aplica a norma CPC 20, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em 2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
Total Custo do Intangível Bruto	47.460.121	1.706.746	(1.132)	-	49.165.735
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1.132)	1.575.776	25.633.032
Autorizações	18.903.457	44.327	-	35.340	18.983.124
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	3.336	586.691
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.662.419	-	(1.621.996)	376.843
Total Amortização Acumulada	(32.605.161)	(1.969.183)	1.132	-	(34.573.212)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(983.061)	1.132	-	(22.704.314)
Autorizações	(10.272.479)	(899.414)	-	-	(11.171.893)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(11.996)	-	-	(120.266)
Lista de clientes	(88.219)	(33.082)	-	-	(121.301)
Outros ativos	(413.808)	(41.630)	-	-	(455.438)
Total Intangível Líquido	14.854.960	(262.437)	-	-	14.592.523
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(983.061)	-	1.575.776	2.928.718
Autorizações (f)	8.630.978	(855.087)	-	35.340	7.811.231
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(11.996)	-	7.544	99.981
Lista de clientes	165.410	(33.082)	-	-	132.328
Outros ativos	169.547	(41.630)	-	3.336	131.253
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.662.419	-	(1.621.996)	376.843

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em 2023	Adições/Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Total Custo do Intangível Bruto	46.313.583	1.146.747	(209)	-	47.460.121
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	(54)	890.596	24.058.388
Autorizações	18.794.239	63.915	-	45.303	18.903.457
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	5.114	212.703
Lista de clientes	253.629,00	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	9.110	583.355
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	1.082.832	(155)	(950.123)	336.420
Total Amortização Acumulada	(30.688.542)	(1.916.673)	54	-	(32.605.161)
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(936.731)	54	-	(21.722.385)
Autorizações	(9.377.907)	(894.572)	-	-	(10.272.479)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(11.096)	-	-	(108.270)
Lista de clientes	(55.137)	(33.082)	-	-	(88.219)
Outros ativos	(372.616)	(41.192)	-	-	(413.808)
Total Intangível Líquido	15.625.041	(769.926)	(155)	-	14.854.960
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(936.731)	-	890.596	2.336.003
Autorizações (f)	9.416.332	(830.657)	-	45.303	8.630.978
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(11.096)	-	5.114	104.433
Lista de clientes	198.492,00	(33.082)	-	-	165.410
Outros ativos	201.629	(41.192)	-	9.110	169.547
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	1.082.832	(155)	(950.123)	336.420

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Cliente Cozani	13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A TIM S.A possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	2025	2024
Ágios registrados	3.112.169	3.112.169
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da "Intelig" pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da Cozani

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em abril/22 a TIM S.A. adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a controlada TIM S.A. identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Portanto, nenhum ajuste no ágio registrado foi efetuado conforme previsto em prática contábil do IFRS3/CPC 15 (R1).

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Conforme descrito na nota 14, em novembro de 2021, a controlada TIM S.A. realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), empresa que recebeu os ativos líquidos relacionados a infraestrutura de rede secundária de banda larga residencial. Em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A, restando R\$108.172 do ágio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a controlada incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, o Grupo realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de *impairment* está sumarizada a seguir:

A Administração do Grupo entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da controlada TIM S.A. são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a controlada TIM S.A. não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM S.A. assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06/ IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada TIM S.A. assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da controlado é de R\$ 3.498 milhões (R\$3.498 milhões em 31 de dezembro de 2024).

Licença 5G

Em 2021, a controlada TIM S.A. adquiriu licenças 5G no leilão da Anatel, gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a essas licenças no valor de R\$2.680 milhões. O pagamento das licenças será realizado em um período de 10 a 20 anos, enquanto as obrigações relacionadas tiveram pagamentos realizados entre 2022 e 2024.

Adicionalmente, no caso das licenças relacionadas à radiofrequência de 3,5GHz, por se tratar de ativo qualificável, ao Grupo capitalizou custos de empréstimos durante o período de implantação. Essa capitalização foi encerrada no segundo trimestre de 2023, com a disponibilidade dos ativos para uso e sua transferência para autorizações. O valor total registrado no ativo intangível do Grupo é de R\$ 4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2024).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, o Grupo avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contêm) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e sua controlada é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e sua controlada, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível do Grupo e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo

	Consolidado	
	2025	2024
LT Amazonas (i)	170.080	174.014
<i>Subleasing</i> “lojas revendas” – IFRS16 (ii)	64.166	66.373
	234.246	240.387
Parcela circulante	(34.098)	(33.717)
Parcela não circulante	200.148	206.670

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	Consolidado		
	LT Amazonas	<i>Subleasing</i> “lojas revendas” – IFRS16	Total
Valores nominais	259.880	80.078	339.958
2026	33.754	26.875	60.629
2027	34.032	21.399	55.431
2028	34.032	17.173	51.205
2029	34.032	11.049	45.081
2030	34.032	3.308	37.340
2031 em diante	89.998	274	90.272
Valor presente	170.080	64.166	234.246

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a controlada TIM S.A. assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a controlada TIM S.A. e Telefônica

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada TIM S.A. possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A controlada TIM S.A. em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

O valor de receita de *subleasing* da controlada TIM S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 69.508 (R\$ 62.109 em 31 de dezembro de 2024).

Passivo

	Consolidado	
	2025	2024
LT Amazonas (i)	322.409	324.152
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.630.795	1.606.644
Outros (iii)	108.588	124.451
Subtotal	2.061.792	2.055.247
Outros arrendamentos: (iv)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	6.086.081	5.491.602
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	1.533.853	1.332.983
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.470.403	2.417.834
Arrendamentos – Fibra	1.612.739	1.278.180
Subtotal arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	11.703.076	10.520.599
Total	13.764.868	12.575.846
Parcela circulante	(1.702.899)	(1.629.698)
Parcela não circulante	12.061.969	10.946.148

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pela controlada TIM S.A. referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 1.360.929 (R\$ 1.175.350 em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago o montante de R\$ 37 milhões pela controlada TIM S.A. (R\$ 287 milhões, em 2024), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Consolidado							
	LT Amazonas	Venda de torres e “leaseback”	Outros	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	510.090	2.962.680	127.782	10.177.315	2.727.107	4.051.655	2.017.627	22.574.256
2026	80.402	316.388	47.043	1.386.393	336.472	553.926	582.999	3.303.623
2027	64.641	307.188	31.919	1.353.724	317.652	510.368	548.607	3.134.099
2028	64.641	307.188	24.203	1.305.258	286.969	491.641	513.584	2.993.484
2029	64.641	307.188	14.350	1.198.114	252.704	449.504	314.115	2.600.616
2030	64.641	307.188	5.615	987.892	214.759	382.304	58.322	2.020.721
2031 em diante	171.124	1.417.540	4.652	3.945.934	1.318.551	1.663.912	-	8.521.713
Valor presente	322.409	1.630.795	108.588	6.086.081	1.533.853	2.470.403	1.612.739	13.764.868

i) LT Amazonas

Em 2013, a controlada TIM S.A assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A controlada TIM S.A. celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 22).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a controlada TIM S.A. (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros

Além dos contratos de arrendamentos citados, a controlada TIM S.A também possui contratos de arrendamentos de torres que são parte das obrigações de arrendamento do contrato com empresas torreiras.

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro 2025 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 15,32% (11,88% em 2024).

(iv) Outros arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 29.688 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 30.050 em 31 de dezembro de 2024).

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	405	362	5.139.185	4.987.274
Moeda nacional	405	362	4.414.675	4.234.116
Fornecedores de materiais e serviços (i)	405	362	4.322.045	4.158.249
Interconexão (ii)	-	-	56.960	44.759
Roaming (iii)	-	-	6.391	4.667
Co-billing (iv)	-	-	29.279	26.441
Moeda estrangeira	-	-	724.510	753.158
Fornecedores de materiais e serviços (i)	-	-	285.866	267.723
Roaming (iii)	-	-	438.644	485.435
Parcela Circulante	405	362	5.139.185	4.987.274

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A controlada TIM S.A. classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da controladora TIM S.A, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são incluídos nas atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A controlada TIM S.A. firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a controlada TIM S.A. passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações já foram integralmente pagos pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. possui aproximadamente R\$ 591 milhões (R\$ 429 milhões em 31 de dezembro de 2024) relacionados a operação de risco sacado, conforme detalhado abaixo:

	2025	2024
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores pagos	590.646	428.609
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores não pagos	-	-
	<u>590.646</u>	<u>428.609</u>

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a controlada TIM S.A. possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	2025	2024
Renovação de autorizações (i)	289.241	279.548
Dívida ANATEL atualizada (ii)	221.194	209.538
Autorizações a pagar (iii)	970.998	990.696
	<u>1.481.433</u>	<u>1.479.782</u>
Parcela circulante	(321.761)	(299.354)
Parcela não circulante	<u>1.159.672</u>	<u>1.180.428</u>

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Para prestação do SMP, a controlada TIM S.A. obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis². Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 289.241 (R\$ 279.548 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM S.A. assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a TIM S.A. distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2025 (210 milhões em 31 de dezembro de 2024), o qual ainda está pendente de julgamento.

- (iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração ("Leilão 5G"), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R\$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 4 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52, R\$58 e R\$62 milhões).

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
	2025
2027	257.453
2028	68.793
2029	68.793
2030	68.793
2031	68.793
2032 em diante	627.047
	1.159.672

² O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2025, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Data de Expiração									
Termos de Autorização	<u>800 MHz,</u> <u>900 MHz e</u> <u>1.800 MHz</u>	<u>Frequências</u> <u>adicionais</u> <u>1800 MHz</u>	<u>1900</u> <u>MHz e</u> <u>2100</u> <u>MHz</u> <u>(3G)</u>	<u>2500 MHz</u> <u>Bandas V1 e</u> <u>V2</u> <u>(4G)</u>	<u>2500 MHz</u> <u>(Banda P</u> <u>(4G)</u>	<u>700 MHz</u> <u>(4G)</u>	<u>2,3GHz</u> <u>(5G)</u>	<u>3,5GHz</u> <u>(5G)</u>	<u>26GHz</u> <u>(5G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Sul – dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Pernambuco	800MHz – novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2025	2024	2025	2024
KFW Finnvera ³ (ii)	USD	SOFR + 1,17826% a.a.	Dez/25	-	-	-	32.820
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	Jun/28	-	-	2.049.182	1.956.307
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	-	-	329.566	385.592
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	-	-	399.975	585.129
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	-	-	-	75.653
Debêntures 1 ^a (iii)	BRL	CDI + 2,30% a.a.	Jun/28	-	4.464.715	-	4.464.715
Debêntures 3 ^a (iii)	BRL	CDI + 0,35% a.a.	Dez/26	1.401.937	-	1.401.937	-
Debêntures 2 ^a (iii)	BRL	CDI + 0,70% a 0,85% a.a.	Jul/30 a Jul/32	5.115.741	-	5.115.741	-
Total				6.517.678	4.464.715	9.296.401	7.500.216
Circulante				(1.537.086)	(1.264.851)	(2.462.712)	(1.613.204)
Não circulante				4.980.592	3.199.864	6.833.689	5.887.012

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

³ O financiamento junto ao KFW Finnvera foi completamente quitado em dezembro de 2025.

Garantias

- (i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;
- (ii) Não possuem garantia.
- (iii) Cessão de Direitos Econômicos

Os financiamentos da controlada TIM S.A., contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A TIM S.A. cumpriu todos os índices estabelecidos.

Em 12 e 25 de julho de 2023, a Companhia aprovou sua primeira emissão de debêntures simples, com garantia real, não conversíveis em ações, no montante total de até R\$ 5 bilhões. A emissão foi estruturada com prazo de cinco anos e remuneração equivalente a CDI acrescido de 2,30% ao ano, tendo como garantia os dividendos recebidos pela TIM S.A. O objetivo da operação foi viabilizar a remessa de dividendos à Controladora.

Com vistas à otimização das condições financeiras de seu endividamento, em 23 de junho de 2025, foi aprovado o resgate antecipado da 1ª emissão, bem como a realização da 2ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, distribuídas em duas séries, no valor de R\$ 5 bilhões. A nova emissão apresenta custo médio de CDI acrescido de 0,77% ao ano e prazo médio de 5,5 anos.

Os recursos captados na 2ª emissão ingressaram em 23 de julho de 2025, e, em 25 de julho de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo integral da 1ª emissão, cujas debêntures foram posteriormente canceladas.

Diante das incertezas tributárias sobre o envio de dividendos ao exterior, em dezembro de 2025, após obter todas as aprovações necessárias, a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1,4 bilhão, com prazo de um ano, passível de pagamento antecipado, com carência de 6 meses e remuneração equivalente a CDI acrescido de 0,35% ao ano.

Todos os covenants financeiros e não financeiros da 1ª emissão foram integralmente cumpridos até sua liquidação.

A 2ª e a 3ª emissão contemplam como índice financeiro o indicador de dívida financeira líquida sobre EBITDA, calculado semestralmente. O Grupo vem observando e cumprindo o índice estabelecido.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora	Consolidado
2027	-	921.423
2028	-	769.658
2029	1.392.475	1.448.023
2030	1.392.475	1.448.023
2031	1.100.774	1.151.694
2032	1.094.868	1.094.868
	4.980.592	6.833.689

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Controladora	Consolidado
2026	1.537.086	2.462.712
2027	-	921.423
2028	-	769.658
2029	1.392.475	1.448.023
2030	1.392.475	1.448.023
2031	1.100.774	1.151.694
2032	1.094.868	1.094.868
	6.517.678	9.296.401

Valor justo dos empréstimos

Com relação às captações contratadas pela controlada: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está detalhado na tabela abaixo:

	2025	2024
Debêntures (i)	2.062.508	1.976.088
BNDES	330.551	386.743
BNB	400.926	586.525

(i) Debêntures da controlada TIM S.A.

21. Impostos, taxas e contribuições a recolher

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	26.649	40.223	4.915.408	3.967.077
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	328.376	279.776
Impostos e Taxas ANATEL (i)	-	-	4.347.216	3.389.167
Imposto sobre Serviço - ISS	23	23	62.197	72.297
PIS / COFINS	26.530	40.171	80.960	91.465
Outros (ii)	96	29	96.659	134.372
Parcela circulante	(26.649)	(40.223)	(4.882.200)	(3.928.791)
Parcela não circulante	-	-	33.208	38.286

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a controlada TIM S.A. efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2025, houve pagamento parcial referentes a CFRP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$4.320 milhões, sendo R\$3.188 milhões de principal e R\$1.131 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2024, o total era de R\$3.377 milhões, sendo R\$2.650 milhões de principal e R\$727 milhões de juros moratórios).

(ii) No consolidado, a composição desta conta refere-se principalmente ao IRRF sobre JSCP aprovados em dezembro de 2025, no montante de R\$ 62 milhões (R\$96 milhões em dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas diferidas	765.711	839.867
Serviços a prestar pré-pago (i)	130.783	172.824
Receitas antecipadas	31.058	35.510
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	518.445	572.540
Passivo contratual (iii)	85.425	58.993
Parcela circulante	(259.527)	(280.422)
Parcela não circulante	506.184	559.445

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo contratual (nota 6)	25.898	24.027
Passivo contratual	(85.425)	(58.993)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Resumo das principais variações no exercício:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2025	(34.966)
Adições	(53.353)
Baixas	28.792
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(59.527)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2026	2027
Ativo (passivo) contratual	(43.214)	(16.313)

A controlada TIM S.A. em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

O Grupo é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos do Grupo e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado
	2025
	2024
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.559.687
	1.564.293
Cível e regulatória (a)	466.726
Trabalhistas (b)	196.916
Tributária (c)	896.045

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	2024	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2025
	1.564.293	267.041	(362.163)	90.516	1.559.687
Cível e regulatória (a)	595.611	109.288	(174.923)	(63.250)	466.726
Trabalhistas (b)	209.098	68.553	(120.428)	39.693	196.916
Tributária (c)	759.584	89.200	(66.812)	114.073	896.045

	2023	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2024
	1.410.299	276.811	(318.796)	195.979	1.564.293
Cível e regulatória (a)	531.161	110.874	(129.555)	83.131	595.611
Trabalhistas (b)	212.929	74.430	(114.624)	36.363	209.098
Tributária (c)	666.209	91.507	(74.617)	76.485	759.584

A controlada TIM. S.A está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis e regulatórios

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A controlada TIM S.A. é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 133.178 (R\$ 148.429 em 31 de dezembro de 2024),

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A controlada TIM S.A. é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R\$ 119.954 (R\$321.156 em 31 de dezembro de 2024).

A controlada TIM S.A. é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano Infinity. A controlada recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), mas teve seus recursos negados. Em seguida, apresentou Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também foi rejeitado. Após isso, a TIM S.A. protocolou uma Reclamação no STF, alegando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria julgando um tema que seria de competência exclusiva do STF, especificamente, o Tema 1075 da repercussão geral. O Ministro Relator rejeitou a Reclamação, e a controlada apresentou Agravo Interno, que também foi negado inicialmente. No entanto, no julgamento concluído em 24 de abril de 2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo que a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR é a competente para julgar o caso, e anulou as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a controlada TIM S.A. reverteu a provisão contábil R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 11ª Vara Cível de Curitiba/PR e aguarda determinação de manifestação das partes acerca do seu prosseguimento.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A controlada TIM S.A. é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 41.146 (R\$ 51.519 em 31 de dezembro de 2024).

a.4 Outros

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A controlada TIM S.A. é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 50.496 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A controlada a TIM S.A. é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R\$ 47.564 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2024).

a.6 ANATEL

A controlada TIM S.A. é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC. Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 74.388 (R\$ 51.914 em 31 de dezembro de 2024).

b. Trabalhistas

b.1 Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da controlada TIM S.A. por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.347 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 (1.545 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a controlada TIM S.A., a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 161.133 atualizado monetariamente (R\$ 184.343 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b.2 Previdenciário

A controlada TIM S.A. é parte de 27 ações em 31 de dezembro de 2025 (24 em 31 de dezembro de 2024) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R\$ 35.783 (R\$ 24.755 em 31 de dezembro de 2024).

c. Processos tributários

	2025	2024
Tributos Federais	377.027	321.404
Tributos Estaduais	436.204	357.011
Tributos Municipais	11.861	10.216
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	70.953	70.953
	896.045	759.584

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e quatro processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A controlada TIM S.A. constituiu uma provisão para um processo que visava a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela controlada a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas. No primeiro semestre de 2025, foi obtida decisão favorável à TIM S.A. no valor de R\$ 22.184, enquanto o valor remanescente R\$ 25.945 foi quitado pela controlada (R\$ 47.232 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 19.313 (R\$ 18.142 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a controlada TIM S.A constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 75.769 (R\$ 71.450 em 31 de dezembro de 2024).

- (iii) A controlada TIM S.A. constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 71.815 (R\$ 65.772 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela controlada TIM S.A. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 22.389 (R\$ 21.137 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) A controlada TIM S.A. constituiu provisão para um processo com vistas à exigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE - Melbourne), em razão de, supostamente, ter deixado de efetuar o pagamento da contribuição da remessa ao exterior para remuneração das operadoras referente ao tráfego sainte. Em 31 de dezembro de 2025 o valor provisionado e atualizado é de R\$ 81.113, com mudança de prognóstico de perda de possível para provável no segundo trimestre de 2025.

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e cinquenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 56.412 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 107.350 (R\$ 100.133 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 7.393 (R\$ 50.192 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal;
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 36.075 (R\$ 48.751 em 31 de dezembro de 2024); A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal.
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 118.327 (R\$ 10.461 em 31 de dezembro de 2024);

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 16.181 (R\$ 15.005 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 9.214 (R\$ 24.316 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal.
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.009 (R\$ 5.288 em 31 de dezembro de 2024).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 70.953 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2024).

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A controlada TIM S.A. possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
	26.722.972	24.528.974
Cível e regulatória (d.1)	1.798.568	1.911.281
Trabalhista e previdenciária (d.2)	474.376	378.286
Tributária (d.3)	24.450.028	22.239.407

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

d.1. Cíveis e regulatórias

	Consolidado	
	2025	2024
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	129.012	165.408
ANATEL (d.1.2)	317.215	364.264
Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)	447.834	537.630
Ex-parceiros comerciais (d.1.4)	326.930	298.216
Socioambiental e infraestrutura (d.1.5)	77.780	84.926
Outros (d.1.6)	499.797	460.837
	<u>1.798.568</u>	<u>1.911.281</u>

d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

d.1.2 ANATEL

A controlada TIM S.A. é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 249.373 (R\$ 313.115 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da controlada TIM S.A. aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

Além disso, contemplava o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas.

Em junho de 2024, encerrou-se a vigência do TAC TIM, no entanto, em virtude do evento climático adverso que acometeu o Estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, para 19 municípios situados naquele Estado foi estendido o prazo de atendimento, neste particular, até 30 de setembro de 2024, cujo novo Termo Aditivo ao TAC foi formalizado entre as partes, tendo o cumprimento deste último prazo pactuado com a Agência sido atestado em 25/06/2025

d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A controlada TIM S.A. é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.

d.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A controlada TIM S.A. é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

d.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A controlada TIM S.A. é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d.1.6 Outros

A controlada TIM S.A. é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

d.2. Trabalhista e Previdenciária

d.2.1. Previdenciária

A controlada TIM S.A. é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R\$ 67.492 (R\$ 110.426 em 31 de dezembro de 2024).

d.2.2. Trabalhistas

Há 2.142 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 (2.018 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a controlada TIM S.A e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 406.884 (R\$ 267.860 em 31 de dezembro de 2024). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

d.3. Tributárias

	Consolidado	
	2025	2024
	24.450.028	22.239.407
Tributos Federais (d.3.1)	4.991.390	5.084.626
Tributos Estaduais (d.3.2)	12.960.732	11.106.211
Tributos Municipais (d.3.3)	1.988.271	1.876.629
FUST, FUNTTEL e EBC (d.3.4)	4.509.635	4.171.941

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 16.635.711 (R\$ 15.041.050 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.991.390 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.084.626 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A controlada TIM S.A. foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão. Com o julgamento da Câmara Superior de Recursos Fiscais, da Receita Federal, em 2025 foi confirmado um novo êxito parcial, no valor estimado atualizado de aproximadamente R\$ 610 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o valor remanescente classificado como risco possível é de R\$ 1.225.208 (R\$ 1.836.078 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R\$ 1.825.929 (R\$ 1.599.761 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 289.676 (R\$ 259.073 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O processo foi encerrado no exercício de 2025 (R\$ 81.398 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 232.657 (R\$ 289.098 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela controlada TIM S.A. a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 351.801 (R\$ 331.962 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da controlada TIM S.A foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 349.532 (R\$ 310.737 em 31 de dezembro de 2024).
- (viii) Em dezembro de 2025, houve ingresso de processo relacionado ao lucro da exploração: questionamento da Receita Federal por suposta utilização indevida do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ referente à

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sudene em razão do questionamento quanto a averbação dos laudos apresentados. O valor envolvido é de R\$ 355.624 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.960.732 (R\$ 11.106.211 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R\$ 1.534.669 (R\$ 1.422.103 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 536.534 (R\$ 490.283 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 715.792 (R\$ 830.234 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, de êxitos obtidos em favor da Companhia e da adesão a programas de anistia fiscal.
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária. O valor envolvido é de R\$ 4.872.070 (R\$ 4.511.091 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 83.607 (R\$ 77.999 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.258.266 (R\$1.122.373 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 2.248.803 (R\$ 1.041.955 em 31 de dezembro de 2024). O aumento decorre principalmente de duas novas autuações relacionadas a VAS recebidas em São Paulo, que, em conjunto, totalizam R\$ 1.104.397.
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 237.426 (R\$ 165.459 em 31 de dezembro de 2024).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 261.438 (R\$ 241.433 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo “Outras OCCs” (Other Credits and Charges), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.988.271 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.876.629 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da controlada TIM S.A. O valor envolvido é de R\$ 1.673.534 (R\$1.558.393 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 106.438 (R\$ 98.781 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 154.989 (R\$ 170.074 em 31 de dezembro de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.509.635 (R\$ 4.171.941 em 31 de dezembro de 2024). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

24. Obrigações com acionistas

Operação de grupamento e desdobramento

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do Grupo aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da controlada TIM S.A.

A proposta aprovada em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, considerou que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da controlada TIM S.A, (ii) sem alteração no valor do capital social da TIM S.A. ou no número total de ações, (iii) sem modificação dos direitos conferidos pelas ações de emissão da TIM S.A. aos seus titulares e (iv) sem alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

No início de julho, a controlada TIM S.A. realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após o prazo de 30 dias. Em 14 de julho de 2025, foi realizado leilão para alienação de 22.059.698 ações ordinárias correspondentes às frações resultantes da operação, formadas a partir da aglutinação das frações de ações. O resultado do leilão, no valor total de R\$ 455.691, já líquido de custos e taxas, equivalente a R\$ 20,66 por ação ordinária, foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, a partir do dia 23 de julho de 2025. Do resultado do leilão, o montante de R\$ 79.233 foi pago até 31 de dezembro de 2025, restando o montante de R\$ 376.458 à disposição dos antigos acionistas não identificados ou sem os dados cadastrais completos.

As frações de ações não reclamadas pelos acionistas em até 3 anos, são revertidas ao patrimônio líquido do Grupo no momento de sua prescrição.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de obrigações com acionistas decorrente de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é de R\$ 157.831.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social do Grupo, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da TIM Brasil está representado por 15.865.086.849 ações ordinárias, sem valor nominal, integralizadas em sua totalidade pela Telecom Italia Finance S.A.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	2025	2024
Valor líquido integralizado	8.223.169	8.223.169
Valor integralizado	8.227.357	8.227.357
(-) Custos de captação	(4.188)	(4.188)

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2025	2024
Reserva de capital	31.483	18.975
Plano de incentivo a longo prazo	15.483	18.975
Outras reservas de capital	16.000	-

b.1 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas do Grupo relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

b.2 Outras reservas de capital

Corresponde ao reflexo das frações de ações prescritas da controlada TIM S.A, resultantes de grupamentos realizados em exercícios anteriores. Como não foram resgatadas pelos acionistas no prazo legal, essas frações foram revertidas em favor da Companhia e registradas em outras reservas de capital, no montante de R\$ 16.000.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Retenção de lucros

Refere-se a valores de lucros retidos, aprovados em Assembleia e utilizados para expansão dos negócios das controladas da

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Companhia.

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivale a R\$ 3.143.043 (R\$ 2.702.955 em 31 de dezembro de 2024).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com seu estatuto, a Companhia deve distribuir como dividendo mínimo, relativo a cada exercício social, 1% do lucro líquido ajustado. Os ajustes ao lucro são realizados na forma das alíneas a e b, do inciso I, do art. 202, da Lei no 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.999.339	1.345.834
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(296.988)	(226.896)
(-) Constituição da reserva legal	(85.048)	(55.948)
Lucro líquido ajustado	1.617.303	1.062.992
Dividendos mínimos calculados com base em 1% do lucro ajustado	16.173	10.630

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:

Juros sobre capital próprio	550.000	-
Dividendos	766.389	10.630
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	1.316.389	10.630

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(82.500)	-
Total de dividendos e JSCP líquidos	1.233.889	10.630

Distribuição com base nas reservas de lucro:

Dividendos intermediários / adicionais	2.532.611	-
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos (i)	3.766.500	10.630

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

- (i) Durante o ano de 2024, foram distribuídos o montante de R\$ 10.630 de dividendos mínimos obrigatórios; Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$ 550.000 de juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício de 2025 e propostos dividendos de R\$ 1.769.000 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2025 e R\$ 1.530.000, sendo o valor de R\$ 766.389 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 763.611 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados em Assembléia Geral Extraordinária em 22 de dezembro 2025, totalizando R\$ 3.849.000.

Os valores destinados até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
08/02/2024 (i)	29/04/2024	190.000
11/02/2025 (ii)	01/04/2025	10.630
Total 2024		200.630
24/03/2025	Até 30/04/2026	220.000
22/07/2025 (iii)	25/07/2025	1.769.000
23/09/2025	23/12/2025	260.000
22/12/2025	23/12/2025	70.000
22/12/2025 (iv)	23/12/2025	1.530.000
Total 2025		3.849.000

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Os dividendos adicionais de R\$ 190.000 referentes ao exercício de 2023 foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2024.
- (ii) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024.
- (iii) Referem-se a distribuição de dividendos pagos ao controlador Telecom Itália, utilizando exclusivamente a reserva de expansão, composta por lucros realizados em anos anteriores.
- (iv) Referem-se a distribuição de dividendos pagos ao controlador Telecom Itália, utilizando resultado do exercício (R\$ 766.389) e reserva de expansão (R\$ 763.611), composta por lucros realizados em anos anteriores.

Até 31 de dezembro 2025, a Companhia desembolsou por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante de R\$ 3.590.130 (R\$ 380.400 em 31 de dezembro de 2024). O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 0,23 (R\$ 0,02 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo em 31 de dezembro de 2025 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$ 187.018 (R\$10.648 em 31 de dezembro 2024) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$18 (R\$18 em 31 de dezembro 2024) além do montante de R\$ 220.000 (R\$ 187.000 líquidos) de JSCP referentes a 2025 a serem pagos em 2026.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

e. Ações em tesouraria

A controlada TIM S.A. mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada TIM S.A encerrou o programa anterior e aprovou um novo programa de recompra de ações de até 67.210.173 ações ordinárias da TIM S.A., correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O objetivo é de incrementar valor aos acionistas por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis em caixa e atender o Plano de Incentivos de Longo Prazo (LTI).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Desde a data da aprovação deste programa até 31 de dezembro de 2025 a TIM S.A. recomprou 33.494 milhares de ações pelo valor total de R\$ 748.268 e destinou no programa de LTI a quantidade de 1.559 milhares de ações

Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da controlada TIM S.A aprovou o cancelamento de 28.679 milhares ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Em função do cancelamento das ações, o capital social da controlada TIM S.A passa a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. mantém em tesouraria 3.458 (201 em 31 de dezembro de 2024) milhares de ações ordinárias, totalizando R\$ 78.539 (R\$ 3.451 em 31 de dezembro de 2024).

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do exercício (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o exercício de 2025	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro durante o exercício				Ações canceladas (principal) durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do exercício (Dez/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2025	1.383.956	mai/28	R\$ 17,22	-	1.383.956	-	-	-	-	-	-	-	-	(261.997)	1.121.959
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	(88.693)	(44.360)	(11.012)	(144.065)	-	-	-	-	(169.302)	884.346
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	(303.469)	(265.491)	(77.121)	(646.081)	-	-	-	-	(107.175)	687.088
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	(403.661)	(253.959)	(111.224)	(768.845)	(11.646)	(6.186)	(3.016)	(20.848)	(11.289)	-
Total				2.666.668	1.383.956	(795.823)	(563.810)	(199.357)	(1.558.991)	(11.646)	(6.186)	(3.016)	(20.848)	(549.763)	2.693.393
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 16,41												

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do exercício (dez/23)	Ações (principal) outorgadas durante o exercício	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro durante o exercício				Ações canceladas (principal) durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do exercício (dez/24)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	-	1.226.859	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.518)	1.142.341
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.535.604	-	(306.450)	(273.140)	(31.351)	(610.941)	-	-	-	-	(131.422)	1.097.732
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	(289.529)	(389.848)	(58.176)	(737.553)	(7.055)	(10.463)	(1.500)	(19.018)	(48.123)	426.595
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	(782.079)	(344.768)	(123.101)	(1.249.948)	(31.177)	(15.312)	(5.080)	(51.569)	(8.686)	-
Total	7.447.174			3.128.848	1.226.859	(1.378.058)	(1.007.756)	(212.628)	(2.598.442)	(38.232)	(25.775)	(6.580)	(70.587)	(272.749)	2.666.668
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 15,16												

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 31.665 (R\$ 50.466 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. efetuou pagamentos aos participantes do programa de incentivo a longo prazo, em dinheiro, no montante de R\$ 14.667 (R\$ 28.112 em 31 de dezembro de 2024).

Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa

Conforme descrito na nota 25.e, em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa, que destinará aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. Até 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. havia recomprado e transferido 1,6 milhões de ações para atendimento ao programa de Plano de Incentivo de Longo Prazo.

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 128.570 (R\$ 218.690 em 31 de dezembro de 2024).

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Até 31 de dezembro de 2025, os valores referentes ao Acordo, foram liquidados.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a TIM S.A. não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A controlada TIM S.A. efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a controlada TIM S.A. verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a TIM S.A. passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A TIM S.A. entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
Receita operacional líquida	26.624.721	25.447.930
Receita operacional bruta	40.279.063	36.731.708
Receita de serviços	38.631.519	35.041.192
Receita de serviços - Móvel	36.286.661	33.070.752
Receita de serviços – Fixa	2.344.858	1.970.440
Venda de mercadorias	1.647.544	1.690.516
Deduções da receita bruta	(13.654.342)	(11.283.778)
Impostos incidentes	(4.045.145)	(4.014.344)
Descontos concedidos	(9.593.647)	(7.253.635)
Devoluções e outros	(15.550)	(15.799)

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	2025				2024			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	-	-	(2.870)	(2.870)	-	-	(1.868)	(1.868)
Pessoal	-	-	(869)	(869)	-	-	(948)	(948)
Serviços de terceiros	-	-	(1.870)	(1.870)	-	-	(830)	(830)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(85)	(85)	-	-	(88)	(88)
Aluguéis e seguros	-	-	2	2	-	-	1	1
Outros	-	-	(48)	(48)	-	-	(3)	(3)

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							
	2025				2024			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(12.266.584)	(5.959.682)	(1.737.355)	(19.963.621)	(11.893.115)	(5.908.816)	(1.799.873)	(19.601.804)
Pessoal	(52.255)	(1.001.157)	(431.142)	(1.484.554)	(48.016)	(925.033)	(514.177)	(1.487.226)
Serviços de terceiros	(624.185)	(1.987.057)	(781.399)	(3.392.641)	(731.883)	(2.037.447)	(802.351)	(3.571.681)
Interconexão e meios de conexão	(3.581.353)	-	-	(3.581.353)	(3.091.741)	-	-	(3.091.741)
Depreciação e amortização	(6.225.495)	(411.752)	(440.440)	(7.077.687)	(6.232.502)	(391.699)	(401.834)	(7.026.035)
Impostos, taxas e contribuições	(137.230)	(879.852)	(30.664)	(1.047.746)	(131.924)	(932.489)	(28.166)	(1.092.579)
Aluguéis e seguros	(575.524)	(189.927)	(31.999)	(797.450)	(507.427)	(178.771)	(30.682)	(716.880)
Custo das mercadorias vendidas	(1.062.370)	-	-	(1.062.370)	(1.104.460)	-	-	(1.104.460)
Publicidade e propaganda	-	(688.991)	-	(688.991)	-	(700.637)	-	(700.637)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(765.783)	-	(765.783)	-	(693.122)	-	(693.122)
Outros	(8.172)	(35.163)	(21.711)	(65.046)	(45.162)	(49.618)	(22.663)	(117.443)

A controlada TIM S.A. faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 32.392 (R\$ 26.176 em 31 de dezembro de 2024). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	118.572	102.096
Receita na alienação de ativos	-	-	7.120	18.034
Outras receitas (i)	13	-	76.346	89.343
	13	-	202.038	209.473
Despesas				
FUST/FUNTEL (ii)	-	-	(161.510)	(162.487)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(14.113)	(18.110)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(29)	(31)	(203.437)	(241.279)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(11.916)	(21.235)
Outras despesas	(7)	(76)	(23.223)	(25.249)
	(36)	(107)	(414.199)	(468.360)
Outras receitas (despesas), líquidas	(23)	(107)	(212.161)	(258.887)

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 17), sendo R\$ 54.095 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 54.095 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras	49.398	35.773	1.679.275	897.532
Juros sobre aplicações financeiras	38.165	30.271	843.436	447.637
Juros de clientes	-	-	52.091	39.914
Juros swap (ii)	-	-	286.489	244.865
Juros sobre arrendamento	-	-	28.955	28.428
Atualização monetária	11.233	5.502	381.924	114.325
Outros derivativos (i)	-	-	-	19.587
Outras receitas	-	-	86.380	2.776

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais. Em 2025, a TIM reverteu uma provisão contábil relacionada a ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity* no montante de R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária, conforme mencionado na nota 23 a.2.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger o Grupo de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

(iii) Em 2024, o efeito refere-se à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, as quais a controlada TIM S.A. teve direito no período devido ao atingimento de metas contratuais. Tal parceria foi encerrada no primeiro trimestre de 2025, vide notas 12 e 36.

31. Despesas financeiras

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	(934.631)	(722.255)	(4.284.865)	(3.539.601)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(688.267)	(617.275)	(923.002)	(872.003)
Juros sobre impostos e taxas	-	-	(437.216)	(271.936)
Juros swap	-	-	(325.458)	(380.972)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	-	-	(1.617.383)	(1.432.764)
Atualização monetária (ii)	(2)	(17)	(265.495)	(214.871)
Descontos concedidos	-	-	(57.922)	(44.864)
Outros derivativos (iii)	-	-	(165.780)	-
Outras despesas (iv)	(246.362)	(104.963)	(492.609)	(322.191)

(i) Na controladora, juros incorridos sobre as debêntures, representado pelas debentures emitidas em julho/23 e emitidas em julho/25 e dezembro/25, conforme nota 20.

(ii) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 264.273 (R\$ 195.978 em 31 de dezembro de 2024); e

(iii) Em função do acordo firmado entre a controlada TIM S.A. e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais.

(iv) Na controladora, parte substancial relacionada: (a) PIS e COFINS sobre juros sobre capital próprio no montante de R\$ 136.716 (R\$ 89.342 em 31 de dezembro de 2024); (b) despesas financeiras relacionadas a seguro garantias, aval e encargos, no montante de R\$ 107.347 (R\$ 13.956 em 31 de dezembro de 2024). No consolidado, parte substancial relacionada: (a) PIS e COFINS sobre eventos financeiros, no montante de R\$ 194.403 (R\$ 118.852 em 31 de dezembro de 2024); e (b) despesas financeiras relacionadas a seguro garantias, aval e encargos, no montante de R\$ 226.792 (R\$ 84.267 no mesmo período de 2024).

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	10.820	-
Fornecedores	471	505	108.073	21.875
Swap (ii)	-	-	7.276	106.453
Contas a Receber	-	-	55.330	177.368
Ativo Financeiro	-	-	26.236	-
	<u>471</u>	<u>505</u>	<u>207.735</u>	<u>305.696</u>
Despesas				
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	(7.262)	(57.124)
Fornecedores	(471)	(505)	(74.086)	(85.953)
Swap (ii)	-	-	(10.819)	(49.310)
Contas a Receber	-	-	(118.107)	-
Ativo Financeiro (iii)	-	-	(61.125)	(41.946)
	<u>(471)</u>	<u>(505)</u>	<u>(271.399)</u>	<u>(234.333)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(63.664)</u>	<u>71.363</u>

(i) Refere-se principalmente à variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 36).

(iii) Refere-se às variações cambiais incidentes sobre o Fundo 5G, conforme nota 12.

33. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.999.339	1.345.834
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	15.865.087	15.865.087
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,13	0,08

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

Não há ações potencialmente diluidoras da participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Telecom Italia Sparkle (i)	-	-	8.391	10.188
Gruppo Havas (vi)	-	-	-	12.831
TI Sparkle (iii)	-	-	5	28
TIM S.A. (vii)	10.858	10.858	-	-
Telecom Italia S.p.A. (ii)	-	-	5.850	24.962
I-Systems (ix)	-	-	53.538	45.907
TIM S.A. (x)	791.797	367.943	-	-
Outros	-	-	97	97
Total	802.655	378.801	67.881	94.013

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	-	-	90.846	154.729
Telecom Italia Sparkle (i)	-	-	6.407	11.599
TI Sparkle (iii)	-	-	2.402	11.290
Grupo Vivendi (v)	-	-	-	1.152
Gruppo Havas (vi)	-	-	-	104.757
I-Systems (viii)	-	-	56.027	58.613
TIM S.A. (iv)	23.183	23.260	-	-
Outros	-	-	4.138	3.865
Total	23.183	23.260	159.820	346.005

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	Receita	
	2025	2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	19.007	11.352
Telecom Italia Sparkle (i)	3.706	5.939
TI Sparkle (iii)	273	339
I Systems (ix)	2.299	3.196
Total	25.285	20.826

	Custo/Despesa	
	2025	2024
	2025	2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	153.861	151.677
Telecom Italia Sparkle (i)	4.757	6.667
TI Sparkle (iii)	14.425	11.290
Grupo Vivendi (v)	1.851	5.853
Gruppo Havas (vi)	274.836	608.060
I-Systems (viii)	458.550	452.931
Outros	33.127	26.994
Total	941.407	1.263.472

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 255.949 (562.994 em 31 de dezembro de 2024), estão relacionados aos repasses de mídia. Em maio de 2025 o Grupo Havas deixou de ser parte relacionada.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

(ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

(x) Os valores referem-se ao saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber da controlada.

A TIM S.A possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada investiu R\$ 8.953 (R\$ 9.074 em 31 de dezembro de 2024)).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
Benefícios de curto prazo	28.229	26.292
Remuneração baseada em ações	15.659	20.603
	43.888	46.895

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados no Grupo destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A controlada TIM S.A, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da controlada TIM S.A. estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros do Grupo estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que o Grupo está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de o Grupo computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos do Grupo indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado do Grupo.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pelo Grupo indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). O Grupo optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras do Grupo, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que o Grupo possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada TIM S.A. computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a TIM S.A. realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 ou receitas de serviços prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A TIM S.A. estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 20.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da controlada TIM S.A. são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Todas as aplicações financeiras do Grupo possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a controlada TIM S.A. tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da TIM S.A. computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada TIM S.A. minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	452.203	168.711	379.888	224.275
Outros derivativos (i)	-	-	522.822	-
	452.203	168.711	902.710	224.275
Parcela circulante	(452.203)	(168.711)	(379.888)	(224.275)
Parcela não circulante	-	-	522.822	-

(i) Os outros derivativos, eram instrumentos de opções de subscrição de ações, que representavam a opção da controlada TIM S.A. de subscrever 4,62% das ações do capital do C6, onde a controlada TIM S.A. pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$26,3 milhões. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que correspondia a R\$ 523 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Em março de 2025, após a obtenção da aprovação da CIMA, foi aprovado o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso,

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação incluindo todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação (nota 36) detidos pela TIM S.A. Com a formalização do Acordo, a participação societária e os bônus de subscrição tiveram sua baixa contábil integralmente realizada, com o registro de valores a receber (vide nota 6).

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	2025		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	3.955.327	627.520	4.582.847
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.955.327	627.520	4.582.847
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	3.616.535	-	3.616.535
Outros ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	2024		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.950.133	1.240.985	4.191.118
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.950.133	1.240.985	4.191.118
Instrumentos financeiros derivativos		379.888	379.888
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Títulos e valores mobiliários	2.737.739	-	2.737.739
Outros ativos financeiros	212.394	338.275	550.669
Total do passivo	-	224.275	224.275
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	224.275	224.275
Instrumentos financeiros derivativos	-	224.275	224.275

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da controlada TIM S.A. foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pelo Grupo

A política do Grupo estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2025, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos do Grupo.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo e vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2025

CONTRAPARTE				% Cobertura		TAXAS MÉDIAS SWAP		
Moeda	Tipo de SWAP	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹		Ponta Ativa	Ponta Passiva	
		Dívida						
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.975	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2024

CONTRAPARTE				% Cobertura		TAXAS MÉDIAS SWAP		
Moeda	Tipo de SWAP	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹		Ponta Ativa	Ponta Passiva	
		Dívida						
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	33.031	33.031	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	585.129	586.525	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.972.245	1.976.088	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	385.592	386.743	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cenário sensibilidade (i)	Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Dez./25	2.624.576	-	2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
CDI	provável	-	2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
	possível	-	2.624.576	(2.338.633)	285.943	2.060	2.060
	remoto	-	2.624.576	(2.336.836)	287.740	3.857	3.857
IPCA	provável	-	2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
	possível	(71.156)	2.553.420	(2.340.693)	212.727	(71.156)	-
	remoto	(138.348)	2.486.228	(2.340.693)	145.535	(138.348)	-

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	14,90%	4,26%
	Possível	18,63%	4,26%
	Remoto	22,35%	4,26%
IPCA	Provável	14,90%	4,26%
	Possível	14,90%	5,33%
	Remoto	14,90%	6,39%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como o Grupo possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2025	2024
Resultado líquido em operações de derivativos	(42.513)	(78.964)
Resultado de operações com outros derivativos	(165.780)	19.587

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2025	2024
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 36)	9.012.910	6.821.782
Arrendamentos - Passivo (Nota 17)	13.764.868	12.575.846
Arrendamentos - Ativo (Nota 17)	(234.246)	(240.387)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(3.635.544)	(3.271.892)
FIC (Nota 5)	(3.590.196)	(2.722.498)
Dívida Líquida	15.317.792	13.162.851
Outros derivativos (nota 36)	-	522.822
Financiamento Licença 5G	971.081	990.775
Dívida Líquida Ajustada	16.288.873	14.676.448

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

LAJIDA (EBITDA) (i) (últimos 12 meses)	13.418.826	12.530.748
Índice de alavancagem financeira	1,21	1,17
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	3.401.422	2.399.428
Resultado Financeiro Líquido	2.669.254	2.570.706
Imposto de renda e contribuição social	270.463	534.579
Depreciações e amortizações	7.077.687	7.026.035
LAJIDA (EBITDA) (i)	13.418.826	12.530.748

- (i) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora
	Empréstimos e financiamentos
31 de dezembro de 2024	4.464.715
Ingressos (i)	6.373.555
Encargos financeiros	737.420
Pagamentos principal	(4.411.762)
Pagamentos de juros	(646.250)
31 de dezembro de 2025	6.517.678

- (i) Na captação de R\$6.400.000 houve custos de transação de R\$ 26.445 os quais foram deduzidos do passivo inicial e serão diferidos pelo prazo contratual.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora
	Empréstimos e financiamentos
31 de dezembro de 2023	5.059.852
Ingressos	-
Encargos financeiros	630.156
Pagamentos principal	(588.237)
Pagamentos de juros	(637.056)
31 de dezembro de 2024	4.464.715

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	7.500.216	12.575.846	(678.434)
Ingressos	6.373.555	2.933.767	-
Cancelamentos/Encerrados (i)	-	(179.003)	522.822
Encargos financeiros	977.913	1.644.044	38.969
Variações cambiais, líquidas	(3.558)	-	3.544
Recebimentos (pagamentos) principal (ii)	(4.799.074)	(1.563.393)	7.275
Pagamentos de juros	(752.651)	(1.646.393)	(177.668)
31 de dezembro de 2025	9.296.401	13.764.868	(283.492)

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2023	8.830.798	12.256.775	(567.698)
Ingressos	503.351	2.639.801	(20.370)
Cancelamentos	-	(493.143)	-
Encargos financeiros	891.250	1.471.288	136.107
Variações cambiais, líquidas	57.125	-	(57.143)
Pagamentos principal	(2.001.734)	(1.838.667)	(13.255)
Pagamentos de juros	(780.574)	(1.460.208)	(156.075)
31 de dezembro de 2024	7.500.216	12.575.846	(678.434)

(i) Quanto aos instrumentos derivativos, no ano de 2025 refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no exercício, vide nota 12.

(ii) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R\$ 37 milhões (R\$ 287 milhões, em 2024).

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	Consolidado	
	2025	2024
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	3.461

ICATU, SISTEL e VIVEST

A controlada TIM S.A. patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela controlada TIM S.A.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2025	2024
Conciliação dos ativos e passivos	(i)	(i)	(i)					
Valor presente das obrigações atuariais	30.892	8.319	67	1.103	9.499	3.382	53.262	55.173
Valor justo dos ativos do plano	(49.062)	(15.291)	(254)	-	(11.133)	-	(75.740)	(81.658)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(18.170)	(6.972)	(187)	1.103	(1.634)	3.382	(22.478)	(26.485)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	11.772	4.930	31	-	1.634	-	18.367	18.359
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(6.398)	(2.042)	(156)	1.103	-	3.382	(4.111)	(8.126)

(i) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/24	(9.131)	(2.337)	(119)	1.080	-	2.381
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(824)	(255)	(13)	112	-	366
Contribuições da patrocinadora	3.115	-	-	(99)	-	(2)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	442	550	(24)	10	-	637
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/25	(6.398)	(2.042)	(156)	1.103	-	3.382

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/24	32.363	8.704	96	1.080	10.549	2.381
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.282	895	10	112	1.090	254
Benefícios pagos no ano	(3.144)	(944)	(9)	(99)	(653)	(2)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(1.609)	(336)	(30)	10	(1.487)	637
Valor das obrigações em 31/12/25	30.892	8.319	67	1.103	9.499	3.382

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/24	54.193	16.406	255	-	10.804	-
Benefícios pagos no ano	(3.144)	(944)	(9)	(99)	(653)	(2)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	5.467	1.735	27	-	1.117	-
Contribuições / (devoluções) empresa	(3.115)	-	-	99	-	2
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(4.339)	(1.906)	(19)	-	(135)	-
Valor justo dos ativos em 31/12/25	49.062	15.291	254	-	11.133	-

e) Despesas previstas para 2025

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	-	-	-	101
Juros sobre as obrigações atuariais	3.206	882	7	117	999	364
Rendimento esperado dos ativos	(5.127)	(1.670)	(28)	-	(1.176)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.291	557	3	-	177	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(630)	(231)	(18)	117	-	465

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 10,05% / 7,29%; PBS Nordeste: 10,92% / 7,17%; CA: 11,00% / 7,25%; PBS-A: 11,29% / 7,53%; AES: 10,88% / 7,13%; PAMEC: 11,17% / 7,41%; FIBER: 11,85% / 7,10%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS Nordeste: 3,50% / 0,00% PBS Sul, CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%; PBS-A: AT-2000 segregada por sexo; AES: AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e FIBER: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/(tempo serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,50% a.a.
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

38. Seguros

O Grupo mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração do Grupo entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$ 480.038
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 90.000
Riscos Ambientais	R\$ 10.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2025	2024
<u>Transações que não envolvem caixa</u>				
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	-	-	(2.821.905)	(2.576.470)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	-	-	2.933.767	2.639.802
Dividendos/ JSCP aprovados e ainda não pagos	(220.000)	(10.648)	(678.489)	(217.141)
Dividendos/ JSCP aprovados e ainda não recebidos	931.511	367.930	-	-
Bônus de subscrição (nota 12)	-	-	175.317	175.317

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

40. Eventos subsequentes

Aquisição da V8.Tech Consulting S.A. pela controlada TIM S.A.

Em 26 de novembro de 2025, a TIM S.A. aprovou o Contrato para aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. "V8.Tech" por R\$ 140 milhões, valor que poderá ser acrescido de pagamentos adicionais (*earn-outs*) de até R\$ 140 milhões, mediante o cumprimento de determinadas condições, em um prazo de 6 anos. A V8.Tech é uma empresa de tecnologia especializada na integração de soluções digitais e serviços gerenciados, com forte atuação em transformação digital, computação em nuvem e inteligência artificial. A Operação reforça a estratégia da TIM voltada para o B2B, ampliando significativamente a capacidade da Companhia de oferecer soluções completas de transformação digital. A Operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 19 de dezembro de 2025, porém o fechamento da Operação estaria condicionado à verificação de outras condições usuais para transações dessa natureza.

Em 30 de janeiro de 2026, após terem sido atendidas todas as condições precedentes aplicáveis, da controlada TIM S.A. concluiu a aquisição da totalidade do capital social da V8.Tech, nos termos e condições anteriormente informados.

Aquisição da Totalidade das Ações da I-Systems

Em 11 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A, controlada direta da Companhia, aprovou a celebração de um **Contrato de compra e venda de ações**, com a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), para a aquisição, pela TIM S.A., de 51% do capital social total da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. ("I-Systems") atualmente detidos pela IHS ("Transação"), pelo valor de R\$ 950 milhões, a serem pagos na data de fechamento da Transação. Caso a Transação seja concluída, a TIM S.A., que já possui 49% do capital social da I-Systems, passará a deter a totalidade de suas ações, tornando a I-Systems uma subsidiária integral da TIM S.A.

A conclusão da Transação está sujeita a satisfação de certas condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo, entre outras, a obtenção das aprovações necessárias junto ao CADE e ANATEL, bem como das aprovações societárias aplicáveis, conforme o caso.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2025 DA TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Senhores Acionistas,

Através da presente proposta, submetemos a V. Sas. para sua avaliação e aprovação, a proposta de orçamento de capital da Administração da Companhia, contendo a justificativa para a retenção do saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, no montante de R\$ 299.531.296,20 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos), após dividendos e de acordo com os ajustes a que se referem os Artigos. 193 e 202 da Lei nº 6.404/76.

Em conformidade com o disposto do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei n.º 6.404/76, a Administração da Companhia propõe a destinação do montante de 299.531.296,20 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos), para reserva de retenção de lucros no exercício social de 2025, com o objetivo de atender ao projeto de investimento da Companhia e suas subsidiárias e pagamento de obrigações de debentures registrada.

Tal proposta decorre do fato da Companhia ter efetuado uma obrigação de pagamento de principal e juros de debêntures nos próximos anos e, portanto, necessita da retenção de parte dos lucros para cumprimento dessa obrigação. O valor total de juros e principal que serão pagos em 2026 é de R\$ 2.347.135.445,00 (dois bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Existe também a necessidade de realização de investimentos na Companhia TIM S.A no montante de R\$4.485.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais).

Estes investimentos serão realizados com capital próprio e com financiamentos de longo prazo totalizando o montante de R\$4.485.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais), conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo e a serem aprovado nesta data e pagamento adicional de juros e principal de debentures em 2026 no montante de R\$ 2.347.135.445,00 (dois bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Proposta de orçamento de capital da TIM Brasil Serviços e Participações S.A e empresas controladas: R\$ 6.832.135.445,00 (seis bilhões, oitocentos e trinta e dois milhões, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais)

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2025
DA TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Fontes de financiamentos:

Recursos próprios/terceiros R\$ 6.832.135.445,00 (seis bilhões, oitocentos e trinta e dois milhões, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais)

Os recursos necessários aos investimentos serão investidos em duas frentes principais: evolução infraestrutura tecnológica (Rede e sistemas de TI) e desenvolvimento do negócio, aproximadamente nas seguintes proporções, 72,29% e 27,71% respectivamente. Estes investimentos contribuirão para a melhoria na prestação dos serviços, crescimento da base de clientes, dentre outros.

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

A Administração

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 02.600.854/0001-34

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Mario Girasole (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora) e **Fabiane Reschke** (Diretora), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Brasil Serviços e Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

MARIO GIRASOLE

Diretor Presidente e Diretor de Relações com
Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES

Diretora

FABIANE RESCHKE

Diretora

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 02.600.854/0001-34

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Mario Girasole (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora) e **Fabiane Reschke** (Diretora), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Brasil Serviços e Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

MARIO GIRASOLE

Diretor Presidente e Diretor de Relações com
Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES

Diretora

FABIANE RESCHKE

Diretora